



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2022**

Às 08:30 horas

Local: exclusivamente digital



COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D

Companhia Aberta

CNPJ/ME n.º 08.467.115/0001-00

NIRE 43.3.0004691-5 | Código CVM n.º 02064-8

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da **COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D**, sociedade anônima com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida venida Joaquim Porto Villanova, 201, Prédio “A1”, 4º andar, CEP: 91410-400, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (“CNPJ”) sob o n.º 08.467.115/0001-00, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A”, sob o código n.º 02064-8 (“Companhia” ou “CEEE-D”), em atenção ao disposto nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 481”), vem apresentar a V. Sas. a seguinte proposta, a ser submetida à deliberação na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2022, às 08:30 horas, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia (“Assembleia”), observada a legislação societária vigente e as disposições do Estatuto Social da Companhia (“Proposta”).

1. OBJETO

A Administração da Companhia, levando em consideração os melhores interesses da Companhia, submete ao exame, discussão e votação da Assembleia as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

- (i) as demonstrações financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;
- (ii) as contas dos administradores e o relatório de administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;

- (iii) a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;
- (iv) a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2022;
- (v) a instalação do Conselho Fiscal da Companhia;
- (vi) a fixação do número de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal;
- (vii) a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia;
- (viii) a fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2022; e
- (ix) a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores.

2. DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DOS ACIONISTAS

A administração da Companhia, em atendimento ao disposto nos artigos 133 e 135 da Lei das S.A. e na regulamentação aplicável, colocou à disposição dos Senhores Acionistas, com pelo menos 1 (um) mês de antecedência da data marcada para a realização da Assembleia, os seguintes documentos:

- (i) as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;
- (ii) o relatório anual dos auditores independentes;
- (iii) o formulário de demonstrações financeiras padronizadas - DFP;
- (iv) o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021;
- (v) parecer do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, inclusive com os votos dissidentes;

- (vi) declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informando as razões, em caso de discordância;
- (vii) declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras;
- (viii) o boletim de voto a distância; e
- (ix) a presente Proposta, com seus respectivos anexos.

Os documentos acima arrolados estão à disposição dos Senhores acionistas na sede da Companhia, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Joaquim Porto Villanova, 201, Prédio "A1", 7º andar, Bairro Jardim Velho, CEP 91410-400, bem como nas páginas eletrônicas da Companhia (ri.equatorialenergia.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (https://www.b3.com.br/pt_br/), na rede mundial de computadores.

3. CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

Em atendimento ao artigo 124 da Lei das S.A., a Assembleia é tempestivamente convocada por anúncio publicado no jornal habitualmente utilizado pela Companhia por 3 (três) vezes, contendo, no mínimo, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia.

De acordo com a legislação aplicável, a primeira publicação do anúncio de convocação de assembleia geral de companhias abertas será realizada com, no mínimo, 21 (vinte e um) dias de antecedência da assembleia geral, em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia de forma resumida, com a divulgação simultânea da íntegra do documento na página do mesmo jornal na internet, que deverá providenciar certificação digital da autenticidade do documento mantido na página própria emitida por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (“ICP-Brasil”).

No caso específico da Companhia, o edital de convocação será publicado, por 3 (três) vezes, no jornal “Cidades (Jornal do Comércio)

4. LOCAL DA ASSEMBLEIA

A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de disponibilização de sistema eletrônico que possibilitará a participação e o voto dos acionistas, considerando-se a Assembleia realizada, assim, na sede da Companhia, de acordo com os termos estabelecidos na ICVM 481

Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que será realizada exclusivamente de modo digital.

5. INFORMAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

A Assembleia será realizada de maneira exclusivamente digital, observando o disposto na ICVM 481, de forma que os Senhores Acionistas, observados os respectivos prazos e procedimentos, poderão participar e votar na Assembleia por meio de sistema eletrônico para participação a distância. A Assembleia por meio de videoconferência na plataforma “Microsoft Teams”.

Para participação na Assembleia, o acionista deverá se cadastrar, impreterivelmente até o dia 27 de abril de 2022, mediante solicitação pelo e-mail relacoes.investidores@equatorialenergia.com.br, fornecendo as informações e documentos indicados abaixo.

A solicitação de cadastro necessariamente deverá: (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail para envio das informações para participação, e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme descritos a seguir.

Após a validação dos documentos submetidos pela Companhia, o acionista receberá, nas 24 (vinte e quatro) horas que antecederem a Assembleia, as informações necessárias à sua participação. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail relacoes.investidores@equatorialenergia.com.br, com até, no máximo, 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário.

Na data da Assembleia, o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso do sistema eletrônico para participação a distância, conforme instruções e nos horários e prazos divulgadas pela Companhia. Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o respectivo cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso na forma e prazos previstos acima.

A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia.

Nos termos do art. 126 da Lei das S.A. e do art. 25 do Estatuto Social da Companhia, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar cópia simples dos seguintes documentos:

(a) comprovante expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia com, no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência da data da realização da Assembleia;

(b) caso o acionista seja pessoa natural: documento de identidade com foto;

(c) caso o acionista seja pessoa jurídica: (i) último Contrato Social ou Estatuto Social consolidado, bem como eventuais alterações posteriores; (ii) documentos societários que comprovem a regularidade de representação do acionista; e (iii) documento de identidade do representante do acionista com foto;

(d) caso o acionista seja fundo de investimentos: (i) último regulamento do fundo consolidado, bem como eventuais alterações posteriores; (ii) último Contrato Social ou Estatuto Social do administrador ou gestor do fundo (observada a política de voto do Fundo de Investimento), consolidado, bem como eventuais alterações posteriores; (iii) documentos societários que comprovem a regularidade da representação do administrador ou gestor do acionista (conforme o caso); e (iv) documento de identidade do representante do acionista com foto; e

(e) em caso de participação por meio de representante, procuração, conforme orientações abaixo, e documento de identidade do procurador com foto;

Relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia.

Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A.

Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, sendo dispensada necessidade de reconhecimento de firma.

As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014).

Para os acionistas estrangeiros deverão apresentar a mesma documentação que os acionistas brasileiros, ressalvado que os documentos societários da pessoa jurídica e a procuração deverão estar notariados e consularizados.

Eventuais informações complementares relativas à participação na Assembleia por meio do sistema eletrônico serão colocadas à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nas páginas eletrônicas na rede mundial de computadores da Companhia ([ri.equatorialenergia.com.br da CVM (<http://www.gov.br/cvm>) e da B3 (<http://www.b3.com.br>).

6. BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

Em atendimento à ICVM 481, foi disponibilizado boletim de voto a distância na página da Companhia (ri.equatorialenergia.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores, em versão passível de impressão e preenchimento manual.

Os acionistas que optarem por manifestar seus votos a distância na Assembleia deverão preencher o boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia indicando se desejam aprovar, rejeitar ou abster-se de votar nas deliberações descritas nos boletins, observados os seguintes procedimentos:

a) Envio do boletim diretamente à Companhia

Depois de preenchido o boletim, os Senhores Acionistas deverão enviar, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, exclusivamente por meio eletrônico para o endereço relacoes.investidores@equatorialenergia.com.br, os seguintes documentos:

- (i) Cópia simples o boletim de voto a distância, com todos os campos devidamente preenchidos, rubricado e assinado sem a necessidade de reconhecimento de firma ou, alternativamente, com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, ou com assinatura eletrônica certificada por outros meios que comprovem, a critério da Companhia, a autoria e integridade do documento e dos signatários; e
- (ii) Cópia simples dos documentos de identidade e de comprovação de representação, conforme instruções contidas no item 5 desta Proposta e no boletim de voto a distância.

Para ser aceito validamente, o boletim de voto, observado o disposto acima, deverá ser recebido pela Companhia até o dia até **30 de abril de 2022**, inclusive.

Nos termos do art. 21-U da ICVM 481 a Companhia comunicará aos acionistas, por meio de envio de e-mail ao endereço eletrônico informado pelo acionista no boletim de voto a distância, no prazo de 3 (três) dias contados do recebimento do boletim de voto à distância: (i) o recebimento do boletim de voto a distância, bem como se o boletim e os documentos recebidos são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (ii) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto à distância.

Conforme parágrafo único do art. 21-U da ICVM 481, o acionista pode retificar ou reenviar o boletim de voto a distância ou os documentos que o acompanham, desde que observado o prazo para o recebimento pela Companhia, acima indicado.

Não serão considerados os votos proferidos por acionistas nos casos em que o boletim de voto a distância e/ou os documentos de representação dos acionistas elencados acima sejam enviados (ou reenviados e/ou retificados, conforme o caso) sem observância dos prazos e formalidades de envio indicadas acima.

b) Envio por meio dos prestadores de serviço

Conforme facultado pelo art. 21-B da ICVM 481, além do envio do boletim de voto a distância diretamente para a Companhia, os Senhores Acionistas poderão enviar instruções de preenchimento do boletim de voto a distância para prestadores de serviço aptos a prestar serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância, desde que referidas instruções sejam recebidas até **22 de abril de 2022** inclusive, ou outra data específica, indicada pelos respectivos prestadores de serviço.

Dessa forma, as instruções de voto poderão ser enviadas por intermédio do agente de custódia dos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositário central ou, caso as ações estejam em ambiente escritural, por intermédio da Itaú Corretora de Valores S.A.

O agente de custódia e a Itaú Corretora de Valores S.A. verificarão as instruções de voto fornecidas pelos acionistas, mas não são responsáveis por verificar a elegibilidade do acionista para exercício do direito de voto, função que caberá à Companhia, no momento da realização da Assembleia, depois do recebimento das informações dos prestadores de serviços de custódia e escrituração.

Caso necessitem de informações adicionais, os acionistas deverão entrar em contato com os seus respectivos agentes de custódia e com a Itaú Corretora de Valores S.A., para verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações exigidos para tanto. Referidos prestadores de serviço comunicarão aos acionistas o recebimento das instruções de voto ou a necessidade de retificação ou reenvio, devendo prever os procedimentos e prazos aplicáveis.

No caso de acionistas que tenham parte das ações de emissão da Companhia de sua

titularidade em custódia e parte em ambiente escritural, ou que possuam ações custodiadas em mais de uma instituição custodiante, as instruções de voto podem ser enviadas apenas para uma instituição, sendo que o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações de titularidade do acionista.

c) Informações Adicionais

Adicionalmente, a Companhia ressalta que:

(i) caso haja divergências entre eventual boletim recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto coletada pelo agente escriturador (conforme constante no mapa de votação proveniente do escriturador), para um mesmo número de CPF ou CNPJ, a instrução de voto do escriturador prevalecerá, de acordo com as disposições do §2º do art. 21-W da ICVM 481;

(ii) conforme determinado pelo art. 21-S da ICVM 481, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ;

(iii) encerrado o prazo de votação à distância por meio de boletim, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas, salvo na Assembleia, observado que, quanto ao acionista que já tenha enviado o boletim de voto a distância e que participe e vote da Assembleia por meio do sistema eletrônico, todas as instruções de voto recebidas por meio de boletim de voto a distância para aquele acionista, identificado por meio do número de seu CPF ou CNPJ, devem ser desconsideradas, nos termos do art. 21-C, §2º, II, da ICVM 481; e

(iv) conforme previsto no art. 21-X da ICVM 481, as instruções de voto a distância serão consideradas normalmente na hipótese de eventual adiamento da Assembleia ou caso seja necessária a sua realização em segunda convocação, desde que o eventual adiamento ou realização em segunda convocação não ultrapassem 30 (trinta) dias da data inicialmente prevista para sua realização em primeira convocação.

7. REGRAS PARA A INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA

Como regra geral enunciada no artigo 125 da Lei das S.A., as assembleias gerais instalam-se, em primeira convocação, com a presença de acionistas titulares de, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto.

Nesse sentido, a Assembleia será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, pelo menos 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, tendo em vista que não haverá deliberação de matérias sujeitas a quórum qualificado.

8. APROVAÇÃO DAS MATÉRIAS OBJETO DA ORDEM DO DIA

As deliberações das assembleias gerais de acionistas, ressalvadas as exceções previstas em lei, são tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes, desconsideradas as abstenções (artigo 129 da Lei das S.A.).

Visto que as matérias a serem apreciadas no âmbito da Assembleia não estão sujeitas à aprovação por quórum qualificado, a aprovação das matérias objeto da ordem do dia da Assembleia dependerá do voto da maioria absoluta das ações presentes, desconsideradas as abstenções.

9. ATA DA ASSEMBLEIA

Os trabalhos das assembleias gerais são documentados por escrito em ata lavrada no “Livro de Atas das Assembleias Gerais”, que será assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, ou pelos acionistas titulares de ações suficientes para constituir a maioria necessária para as deliberações da assembleia geral (Lei das S.A., artigo 130, *caput*), sendo permitido lavrar a ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas, observados os requisitos legais, bem como a publicação da ata com omissão das assinaturas dos acionistas (Lei das S.A., artigo 130, § 2.º).

Desse modo, a Administração propõe que a ata da Assembleia seja lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, observados os requisitos legais acima referidos, e sua publicação seja efetuada com a omissão das assinaturas dos acionistas.

Uma vez que a Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, nos termos do art. 21-V, § 2º, da ICVM 481, o registro em ata dos acionistas que participarem da Assembleia por meio do sistema eletrônico de participação a distância será feito pelo presidente ou secretário da mesa.

Em conformidade com as orientações da CVM, todas as declarações de voto, de dissidências e de protesto entregues à mesa serão digitalizadas e enviadas eletronicamente para a CVM juntamente com a ata da Assembleia.

10. ANÁLISE DAS MATÉRIAS DA ORDEM DO DIA A SEREM DELIBERADAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

10.1. As demonstrações financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

A administração da Companhia submete à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras e correspondentes notas explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com a Lei das S.A., com os pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela CVM e pelas demais normas da CVM, e devidamente auditadas por auditor independente registrado junto à CVM.

Nos termos da legislação aplicável, as demonstrações financeiras da Companhia foram colocadas à disposição dos Senhores Acionistas na forma de “caderno do auditor” acompanhadas dos seguintes documentos e informações: (a) relatório dos administradores sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; (b) relatório anual do auditor independente, incluindo o respectivo parecer; (c) declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes; (d) declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras; (e) parecer do Conselho Fiscal; e (f) proposta de orçamento de capital.

Em atendimento à legislação aplicável e logrando incrementar a compreensão de V.Sas. com relação à realidade da Companhia, o **Anexo I** à presente Proposta contém os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos da seção 10 do formulário de referência, conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (“ICVM 480”).

Cópia do parecer do conselho fiscal da Companhia favorável à aprovação das demonstrações financeiras pela Assembleia está disponível junto das demonstrações financeiras e na página eletrônica da CVM, da Companhia e da B3.

Assim, com base nos documentos e informações disponibilizados, a administração propõe à Assembleia a aprovação integral das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório anual dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

10.2. As contas dos administradores e o Relatório de Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

A administração da Companhia submete à apreciação de V. Sas., por meio do relatório da administração, as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

O relatório dos administradores sobre os negócios sociais foi elaborado em conformidade com orientações da CVM e contém as seguintes informações mínimas previstas na Lei das S.A.: (a) considerações a respeito da aquisição de debêntures de própria emissão (artigo 55, §2º); (b) política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos constantes de acordo de acionistas (artigo 118, §5º); (c) negócios sociais e principais fatos administrativos ocorridos no exercício (artigo 133, inciso I); e (d) relação dos investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas evidenciando as modificações ocorridas durante o exercício (artigo 243).

Adicionalmente, o relatório da administração contém as informações a respeito da relação entre a Companhia e o auditor independente, nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003.

Com base nos documentos e informações, a administração propõe à Assembleia a aprovação integral das contas dos administradores e do relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

10.3. A proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Tendo em vista que a Companhia apurou prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 394.234.486,64 (trezentos e noventa e quatro milhões e duzentos e trinta e quatro mil e quatrocentos e oitenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), não há lucros relativos a esse exercício social a serem distribuídos. A administração da Companhia propõe que, de acordo com o disposto no parágrafo único do artigo 189 da Lei das S.A, o prejuízo apurado no exercício social de 2021 no valor ora indicado, seja integralmente destinado à conta de prejuízos acumulados.

A administração da Companhia consigna que, caso venha a ser aprovada a referida proposta de administração pela Assembleia Geral, a conta “Prejuízos Acumulados”, após a destinação dos prejuízos do exercício social de 2021, passará a registrar o valor total de R\$ 4.774.350.000,00.

Adicionalmente, a administração da Companhia informa que, em função do resultado apurado, não serão apresentadas as informações indicadas no Anexo 9-1-II da ICVM 481/2009, conforme autorizado pela decisão do Órgão Colegiado da CVM de 27 de setembro de 2011 (Processo CVM RJ2010-14687).

10.4. A fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2022.

Segundo o artigo 152 da Lei das S.A., a assembleia geral deve fixar o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

A administração da Companhia propõe um montante global e anual de até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para a remuneração dos administradores da Companhia (Conselho de Administração e Diretoria) para o exercício social de 2022.

Em cumprimento ao disposto no artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição da remuneração individualmente entre os membros do conselho e os diretores.

O valor global de remuneração da administração proposto compreende a remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia, incluindo remuneração fixa e variável (máxima), direta e indireta, assim como benefícios de qualquer natureza. O montante

proposto considera, ainda, tributos e contribuições para a previdência social oficial que sejam ônus da Companhia.

As informações sobre a remuneração dos administradores na forma da seção 13 do Formulário de Referência, conforme previsto na ICVM 481, constam do **Anexo II** à presente Proposta.

10.5. A instalação do Conselho Fiscal da Companhia.

De acordo com o artigo 161 da Lei das S.A., toda a companhia necessariamente possui um conselho fiscal, devendo o estatuto social dispor a respeito do funcionamento permanente ou da sua instalação pela assembleia geral, a pedido dos acionistas.

Nos termos do artigo 21 do Estatuto Social o Conselho Fiscal da Companhia tem funcionamento não permanente.

Nesse sentido, a administração da Companhia propõe à Assembleia a instalação do Conselho Fiscal para o exercício social de 2022.

10.6. A fixação do número de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal.

Nos termos do art. 21, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal será composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes.

Nesse sentido, a administração da Companhia propõe à Assembleia a fixação do número de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes para compor o órgão.

10.7. A eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia.

Em conformidade com a ICVM 481, esta Proposta apresenta considerações sobre os candidatos indicados pela administração para compor o Conselho Fiscal, assim como as instruções para a indicação de candidatos pelos demais acionistas da Companhia.

De acordo com o artigo 162 da Lei das S.A., somente podem ser eleitos para o Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no país, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal.

Ademais, são inelegíveis para o Conselho Fiscal, além das pessoas enumeradas nos parágrafos do artigo 147 da Lei das S.A., membros de órgãos de administração e empregados da Companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, e o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da Companhia.

10.7.1. Candidatos indicados pela administração da Companhia

Para composição do Conselho Fiscal, a administração da Companhia indica a chapa composta pelos seguintes candidatos, com prazo de gestão até a assembleia geral ordinária em que os acionistas da Companhia deliberarão acerca das contas dos administradores e das demonstrações contábeis do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022:

Conselheiros Efetivos	Conselheiros Suplentes
Saulo de Tarso Alves de Lara	Claudia Luciana Ceccatto de Trotta
Paulo Roberto Franceschi	Moacir Gibur
Vanderlei Dominguez da Rosa	Ricardo Bertucci

Em cumprimento à ICVM 481, o **Anexo III** contém as informações mínimas previstas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência com relação aos candidatos indicados pela administração da Companhia.

10.7.2. Indicação de candidatos para compor o Conselho Fiscal

O acionista que desejar indicar candidato para o Conselho Fiscal poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome completo e qualificação do candidato. A Companhia recomenda ao acionista que deseja indicar candidato para o Conselho Fiscal que apresente o nome completo, qualificação, currículo profissional completo do candidato e demais informações requeridas no artigo 10 da ICVM 481, observadas as regras e condições de eleição previstas no artigo 162, combinado com o artigo 147, da Lei das S.A.

Assim que receber a indicação de candidato para membro do Conselho Fiscal a Companhia divulgará “Aviso aos Acionistas” informando a respeito da indicação de membros do conselho fiscal por acionistas minoritários.

A despeito dos procedimentos de indicação prévia e divulgação, o candidato a membro do Conselho Fiscal poderá ser apresentado na própria Assembleia pelo acionista, por grupo de

acionistas, pessoalmente ou por meio de procurador, que deverão apresentar os documentos e informações acima mencionados.

Tendo em vista o entendimento da CVM de que a eleição de suplente de membro do Conselho Fiscal é obrigatória para assegurar a efetividade do órgão, a Companhia recomenda aos acionistas que submeterem a indicação de candidato que também indiquem candidato a exercer o cargo de respectivo suplente.

10.7.3. Inclusão de Candidatos no Boletim de Voto a Distância

Os acionistas da Companhia poderão incluir candidatos ao Conselho Fiscal da Companhia no Boletim de Voto a Distância, nos termos do art. 21-L da ICVM 481, observados os percentuais de determinada espécie de ações previstos no Anexo 21-L-I da referida instrução, conforme abaixo:

Capital social da companhia (R\$)	% de determinada espécie de ações
$X \leq 500.000.000,00$	2,5
$500.000.000,00 < X \leq 2.000.000.000,00$	1,5
$2.000.000.000,00 < X \leq 10.000.000.000,00$	1,0
$10.000.000.000,00 < X$	0,5

Considerando que o capital social da Companhia é de R\$ 3.385.861.097,24 (três bilhões, trezentos e oitenta e cinco milhões, setecentos e dois mil, oitocentos e sessenta e um mil, noventa e sete reais e vinte quatro centavos), poderão solicitar inclusão de candidatos no Boletim de Voto a Distância aqueles acionistas que detiverem, no mínimo, **1,0% (um por cento)** de determinada espécie de ações do capital social da Companhia.

A solicitação de inclusão de candidatos no Boletim de Voto a Distância deve ser recebida por escrito pelo Departamento de Relações com Investidores, através do e-mail relacoes.investidores@equatorialenergia.com.br e conforme orientações contidas no item 12.2 do Formulário de Referência até 25 (vinte e cinco) dias antes da realização da Assembleia, ou seja, até **4 de abril de 2022**, inclusive.

10.8. A fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2022.

O art. 162, § 3.º, da Lei das S.A. determina que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela assembleia geral que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da remuneração atribuída, em média, a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Para a remuneração do Conselho Fiscal, propõe-se o montante global de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para o exercício de 2022, líquido dos valores referentes a encargos sociais que sejam ônus da Companhia, inclusive do valor correspondente às contribuições previdenciárias.

As informações sobre a remuneração dos membros do Conselho Fiscal na forma do item 13 do formulário de referência, conforme previsto na ICVM 481, constam do **Anexo II** à presente Proposta.

10.9. A autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores.

Caso aprovadas as deliberações anteriores, propõe-se autorizar os administradores da Companhia a praticar os atos necessários à efetivação das deliberações aprovadas na Assembleia.

11. CONCLUSÃO

Pelos motivos acima, a Administração da Companhia submete a presente Proposta à apreciação dos senhores acionistas e recomenda a sua integral aprovação.

Porto Alegre, 30 de março de 2022.

Augusto Miranda da Paz Júnior

Presidente do Conselho de Administração

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D

Companhia Aberta

CNPJ/ME n.º 08.467.115/0001-00

NIRE 43.3.0004691-5 | Código CVM n.º 02064-8

**ANEXO I: COMENTÁRIOS DA DIRETORIA
(CONFORME SEÇÃO 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ICVM 480)**

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

As informações contidas neste item 10 foram extraídas das Demonstrações Contábeis da Companhia. A análise dos diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a variação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem em uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas Demonstrações Contábeis sobre a situação financeira da Companhia. Os diretores da Companhia não podem garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro. As Demonstrações Contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020, 2019 e 2018 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além de normas complementares emitidas pela CVM.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A diretoria informa que a Companhia, mesmo em um contexto financeiro, macroeconômico e político adverso vem realizando investimentos visando à ampliação da rede de atendimento de demanda e melhora nos padrões de qualidade e de eficiência operacional.

No cenário de pandemia provocado pela infecção do vírus COVID-19, vivenciado em 2020, a Companhia buscou acompanhar e mensurar todos os impactos em suas Demonstrações Contábeis do exercício, divulgando nota explicativa específica sobre os reflexos econômicos, financeiros e operacionais trazidos pela pandemia.

A estratégia para os próximos anos continuará centrada na captura das oportunidades de crescimento no segmento de distribuição, endossada pela capacidade de integrar a base de remuneração praticamente a totalidade dos investimentos efetuados na sua área de concessão.

No contexto setorial e macroeconômico a CEEE-D deu continuidade à política de redução dos custos operacionais gerenciáveis e vem colocando empenho no Programa de Combate às Perdas Não Técnicas, juntamente com renegociações de débitos de grandes consumidores, entre outras ações que contribuíram para o aumento da receita operacional.

Os investimentos para melhorar a robustez de suas redes de distribuição totalizaram R\$ 106 milhões e estão concentrados em redes de distribuição de Baixa e Média tensão.

Em 04 de julho de 2019, foi sancionada a Lei Estadual nº 15.298 que autoriza a desestatização da Companhia. Ato subsequente, em 16 de agosto de 2019, foi assinado contrato entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para estruturar o processo de desestatização da Companhia, considerando o objetivo de realização de alienação das ações da Empresa, com transferência do controle acionário, conforme especificações do Edital e de seus anexos. Em 19 de novembro de 2019, foi publicado no Diário Oficial da União o Aviso de Homologação do Pregão Eletrônico nº 40/2019 – BNDES, tendo sido adjudicado o seu objeto ao Consórcio Minuano Energia e à Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda.

Em 08 de dezembro de 2020 foi disponibilizado ao mercado através do site da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul: (<https://sema.rs.gov.br/privatizacoes>), o edital do leilão de alienação do controle acionário da CEEE-D, através da oferta de lote único aproximado de 44.959.522 (quarenta e quatro milhões e novecentas e cinquenta e nove mil e quinhentas e vinte e duas) ações, nominativas, sem valor nominal, de emissão da CEEE-D e de propriedade da CEEE-Par, representativas de, no mínimo, 65,87% (sessenta e cinco inteiros e oitenta e sete centésimos por cento) do capital social total da CEEE-D, pelo preço mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), previsto para ocorrer em 03 de fevereiro de 2021, na B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão.

Em 18 de janeiro de 2021 a Companhia divulgou comunicado ao mercado deliberado pela prorrogação da data para entrega das propostas até o dia 26 de março de 2021 e da data de início da sessão pública do leilão de alienação do controle acionário da CEEE-D para o dia 31 de março de 2021 às 08h00min.

Em 15 de março de 2021 foi proferida decisão judicial concedendo efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento número 5038070-59.2021.8.21.7000, com o fim de suspender a realização da sessão pública do leilão de alienação do controle acionário da CEEE-D, agendada para o dia 31 de março de 2021.

Em 23 de março de 2021 foi proferida decisão judicial pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ acatando o pedido da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul – PGE/RS, suspendendo os efeitos da liminar anterior, e mantendo a realização da sessão pública do leilão de alienação do controle acionário da CEEE-D, agendada para o dia 31 de março de 2021. Em 31 de março de 2021 ocorreu a sessão pública do leilão de alienação do controle acionário da CEEE-D na B3 S/A – Brasil, Bolsa, Balcão tendo como vencedora do certame a Equatorial Participações e Investimentos S.A (Equatorial) apresentando proposta econômica no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para 65,87% da participação do capital social da Companhia, representando seu controle acionário.

A liquidação do leilão, conforme termos dispostos no Edital, está condicionada à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, à anuência prévia da ANEEL à transferência do controle acionário da CEEE-D e à implementação do Aumento de Capital aprovado na AGE realizada em 07 de dezembro de 2020.

O aumento de capital, já aprovado em assembleia, a ser realizado pela controladora Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR, dará direito a Equatorial a aproximadamente 95% da participação societária total na CEEE-D.

Com relação aos índices de liquidez e endividamento, a Companhia vem apresentando ao longo dos três últimos exercícios os seguintes resultados:

INDICADORES - 2021/2020/2019/2018	2021	2020	2019	2018
1 - Liquidez geral				
Liquidez Geral (AC+ANC) / (PC+PNC)	0,72%	0,40%	0,53	0,53
2 - Endividamento				
Grau de endividamento (PC+PNC) / AT	139,41	251,45%	187,86%	156,70%
Endividamento financeiro (Empréstimos + Encargos) / AT	76,13%	23,52%	18,67%	19,53%
3 - Estrutura de endividamento				
Endividamento de Curto Prazo (Empréstimo CP) / Empréstimo Total	19%	6,99%	6,92%	6,87%
Endividamento de Longo Prazo (Empréstimo LP) / Empréstimo Total	81%	93,01%	93,08%	93,13%
Divida líquida (Empréstimos e Financiamentos - Caixa e Equivalentes de Caixa)	1.716.176	889.260	709.394	665.320
4 - Rentabilidade				
ROE - Taxa de Retorno sobre investimentos (LL/AT)	-5,85%	-42,80%	-25,77%	-23,85%
5 - Lucratividade				
Margem Líquida (LL/ROL)	-8,07%	-45,66%	31,95%	-29,68%
6 - Análise avançada				
Capital circulante (AC - PC)	356.646	- 1.069.652	-3.160.795	- 1.872.026
7 - Retorno sobre o Capital investido				
EBITDA (Resultado do serviço + Depreciação)	193.952	537.619	420.267	353.660
Margem EBITDA (EBITDA + ROL)	3,97%	-15,30%	-12,40%	-10,61%

INDICADORES - 2020/2019/2018	2020	2019	2018
1 - Liquidez			
Liquidez Geral (AC+ANC) / (PC+PNC)	0,41	0,53	0,53
2 - Endividamento			
Grau de Endividamento (PC+PNC) / AT	243,04%	187,86%	156,70%
Endividamento Financeiro (Empréstimos+Encargos) / AT	23,52%	18,67%	19,35%
3 - Estrutura de Endividamento			
Endividamento de Curto Prazo (Empréstimos CP) / Empréstimos Total	6,99%	6,92%	6,87%
Endividamento de Longo Prazo (Empréstimos LP) / Empréstimos Total	93,01%	93,08%	93,13%
Dívida Líquida (Empréstimos e Financiamentos - Caixa e Equivalentes de Caixa)	889.261	709.394	665.320
4 - Rentabilidade			
ROE - Taxa de Retorno sobre Investimentos (LL / AT)	-40,42%	-25,77%	-23,85%
5 - Lucratividade			
Margem Líquida (LL / ROL)	-46,18%	-31,95%	-29,68%
6 - Análise Avançada			
Capital Circulante Líquido (AC - PC)	(988.535)	(3.160.795)	(1.872.026)
7 - Retorno sobre o Capital Investido			
EBITDA (Resultado do Serviço + Depreciação)	-537.619	-420.267	-353.660
Margem EBITDA (EBITDA / ROL)	-15,30%	-12,40%	-10,61%

b. Estrutura de capital:

Os diretores comentam que a Companhia tem sua estrutura de capital representada, em 31 de dezembro de 2021 por um endividamento no passivo de R\$ 9,4 bilhões, sendo 24% deste total representado por dívidas de curto prazo e 76% representado por dívidas de longo prazo. em 31 de dezembro de 2020 por um endividamento no passivo de R\$ 9,5 bilhões, sendo 23% deste total representado por dívidas de curto prazo e 77% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2019 por um endividamento de R\$ 7,9 bilhões, sendo 56% deste total representado por dívidas de curto prazo e 44% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2018 a estrutura de capital da Companhia contemplava um endividamento de R\$ 6,5 bilhões, sendo 49% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 51% representado por dívidas de longo prazo.

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida na relação entre o endividamento e a capitalização (Patrimônio Líquido mais dívida líquida). O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ -2.657 bilhões a descoberto, enquanto a dívida líquida é de R\$ 1.716 milhões. O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ -5.742 bilhões a descoberto, enquanto a dívida líquida é de R\$ 889,2 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, o Patrimônio Líquido é de R\$ -3.754 bilhões a descoberto, enquanto a dívida líquida é de R\$ 709,4 milhões. O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ -2.352 bilhões a descoberto, enquanto a dívida líquida é de R\$ 665,3 milhões.

A CEEE-D tem sua estrutura de capital formada conforme quadro a seguir:

(valores expressos em R\$ mil, exceto percentuais)	Capital Próprio x Capital de Terceiros							
	31/12/2021	AV%	31/12/2020	AV%	31/12/2019	AV%	31/12/2018	AV%
Capital de terceiros								
Passivo Circulante	2.232.518	33%	2.164.996	57%	4.446.964	107%	3.184.519	77%
Passivo Não Circulante	7.169.069	106%	7.369.836	194%	3.456.004	83%	3.316.909	80%
Total passivo	9.401.587	139%	9.534.832	251%	7.902.968	191%	6.501.428	157%
Capital próprio								
Patrimônio Líquido	(2.657.843)	-39%	(5.742.894)	-151%	(3.754.557)	-91%	(2.352.441)	-57%
Total do Patrimônio Líquido	(2.657.843)	-39%	(5.742.894)	-151%	(3.754.557)	-91%	(2.352.441)	-57%
Total (Cap. Próprio + Cap Terceiros)	6.743.744	100%	3.791.938	100%	4.148.411	100%	4.148.987	100%

O Padrão de financiamentos das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela relação entre o endividamento e o patrimônio líquido, sendo 157% em 2018, 191% em 2019, 251% em 2020.

A Companhia informa que não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

As principais necessidades de recursos da CEEE-D referem-se a (i) pagamento ou refinanciamento de dívidas, principalmente as tributárias e (ii) financiamento dos seus empreendimentos de Distribuição.

A Companhia monitora seus compromissos com base no índice de alavancagem financeira, expresso pela Dívida Líquida, o qual corresponde à diferença existente entre os empréstimos e financiamentos e os valores de caixa e equivalentes de caixa.

Em 2021 os valores dos empréstimos e financiamentos superavam os valores de caixa e equivalentes de caixa em R\$ 2.150 bilhões.

Em 2020 os valores dos empréstimos e financiamentos superavam os valores de caixa e equivalentes de caixa em R\$ 889,3 milhões.

Em 2019 os valores dos empréstimos e financiamentos superavam os valores de caixa e equivalentes de caixa em R\$ 709,3 milhões e, no mesmo período em 2018, os valores dos empréstimos e financiamentos superavam os valores de caixa e equivalentes de caixa em R\$ 665,3 milhões.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

No decorrer dos últimos 3 (três) anos, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento da CEEE-D foram: (i) empréstimos recebidos de fontes nacionais e internacionais, tais como ELETROBRÁS, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Agência Francesa desenvolvimento – AFD; (ii) Mútuo financeiro entre a CEEE-D e a CEEE-GT e financiamento através da inadimplência de tributos, em especial, de ICMS.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

A Companhia monitora a necessidade de estruturação de operações financeiras, a fim de suprir eventual necessidade para cobertura de deficiências de Liquidez. Caso seja necessário obter recursos para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes, a CEEE-D poderá eventualmente pactuar operações junto a instituições financeiras, principalmente na modalidade de constituição de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, além daqueles já contratados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD e ELETROBRAS.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

As operações de créditos estruturadas pela Companhia junto aos agentes financeiros são analisadas no intuito de obter a oferta nas características mais vantajosa à Concessionária. Os níveis de endividamento são constantemente monitorados pela Companhia e analisados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL sempre que a CEEE-D estrutura uma operação financeira, o qual para sua efetivação depende de autorização do regulador.

Em 2021 o endividamento da companhia, oriundos de empréstimos e financiamentos, atingiu o índice de 76,13% sobre o ativo total, onde o saldo das dívidas nacionais e internacionais da CEEE-D totalizou R\$ 3.163 bilhões, cujas características estão demonstradas no quadro a seguir:

2021

Agentes	Indexador	Vencido	Saldo (R\$ Mil)	% total	Endividamento
CEEE-GT	CDI		187.180		6%
NP	CDI		513.226		16%
Debêntures	CDI		1.544.027		49%
Saldo em Moeda Nacional			2.244.433		54,02%
AFD	PRÉ-FIXADO		376.038		12%
BOFA	U\$ SWAP		272.660		9%
SMBC	U\$ SWAP		269.804		9%
Saldo em Moeda Estrangeira			918.502		22,11%
Saldo de Dívida Total			3.162.936	100%	76,13%

Em 2020 o endividamento da companhia, oriundos de empréstimos e financiamentos, atingiu o índice de 23,52% sobre o ativo total, onde o saldo das dívidas nacionais e internacionais da CEEE-D totalizou R\$ 934,2 milhões, cujas características estão demonstradas no quadro a seguir:

2020

Agentes Financeiros	Indexador	Vencido	Saldo(R\$ mil)	% total	*Endividamento
Eletrobrás - RGR	RGR	2025	9.952	1,054%	
Saldo Dívida Moeda Nacional			9.952		0,25%
Agência Francesa de Desenv.-AFD	US\$/Libor	2036	373.521	39,563%	
Banco Interamericano de Desenv.-BID	US\$/Libor	2036	560.637	59,383%	
Saldo Dívida Moeda Externa			934.158		23,27%
Saldo da Dívida Total			944.110	100%	23,52%

*índice de endividamento de empréstimos e financiamentos, calculados sobre o Ativo Total

Em 2019 o endividamento da companhia, oriundos de empréstimos e financiamentos, atingiu o índice de 18,91% sobre o ativo total, onde o saldo das dívidas nacionais e internacionais da CEEE-D totalizou R\$ 784,4 milhões, cujas características estão demonstradas no quadro a seguir:

Agentes Financeiros	Indexador	Vencido	Saldo(R\$ mil)	% total	*Endividamento
Eletrobrás - RGR	RGR	2025	12.159	1,550%	
Saldo Dívida Moeda Nacional			12.159		0,29%
Agência Francesa de Desenv.-AFD	US\$/Libor	2036	307.820	39,242%	
Banco Interamericano de Desenv.-BID	US\$/Libor	2036	464.443	59,208%	
Saldo Dívida Moeda Externa			772.263		18,62%
Saldo da Dívida Total			784.422	100%	18,91%

*índice de endividamento de empréstimos e financiamentos, calculados sobre o Ativo Total

Em 2018 o endividamento da companhia, oriundos de empréstimos e financiamentos, atingiu o índice de 19,24% sobre o ativo total, onde o saldo das dívidas nacionais e internacionais da CEEE-D totalizou R\$ 786,6 milhões, cujas características estão demonstradas no quadro a seguir:

Agentes Financeiros	Indexador	Vencido	Saldo (R\$ mil)	% total	*Endividamento
Eletrobrás - RGR	RGR	2025	16.077	2,00%	
Saldo Dívida Moeda Nacional			16.077	-	0,39%
Agência Francesa de Desenv.- AFD	US\$/Libor	2036	313.321	39,03%	
Banco Interamericano de Desenv.-BID	US\$/Libor	2036	473.328	58,97%	
Saldo Dívida Moeda Externa			786.649	-	18,85%
Saldo da Dívida Total			802.726	100%	19,24%

* Índice de endividamento de empréstimos e financiamentos, calculados sobre o Ativo Total

Salientamos que no saldo da dívida total não estão contemplados os valores devidos aos consumidores pela indenização de extensão de redes.

i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

	Custo médio da dívida (% a.a.)	Garantias	2021		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (US\$)					
Bank Of America (BOFA)	CDI + 1,50%	Aval	934	271.725	272.659
Sumitomo Mitsui Banking Corporation (SMBC)	CDI + 1,45%	Aval	2.283	267.522	269.805
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) (a)	4,81%	Aval	376.038	-	376.038
Total moeda estrangeira US\$			379.255	539.247	918.502
Moeda nacional					
CEEE-T - Mútuo (b)	100% do CDI	-	187.180	-	187.180
Notas promissórias	CDI + 1,40%	Aval	-	514.339	514.339
Subtotal			187.180	514.339	701.519
(-) Custo de Captação			(417)	(695)	(1.112)
Total moeda nacional			186.763	513.644	700.407
Total empréstimos e financiamentos			566.018	1.052.891	1.618.909

Nos últimos 3 (três) exercícios, 2020, 2019 e 2018, a CEEE-D não contraiu novos financiamentos, apenas houve as liberações previstas nos contratos anteriormente firmados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS Distribuição (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência do Grupo CEEE –D). O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$ 131 milhões.

O contrato de empréstimo nº CBR 1015 entre a CEEE-D e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de US\$ 87 milhões, teve sua liberação total completada em 2017, não havendo novos recursos a ser desembolsados.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Todas as relações de longo prazo com instituições financeiras foram demonstradas nos itens anteriores.

iii. Grau de subordinação entre dívidas

A CEEE-D não possui dívidas subordinadas. Por sua vez, as dívidas garantidas pela União com contra garantia do estado do RS foram firmadas junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD que juntos perfazem o valor de US\$ 179,7 milhões em 2020, aproximadamente R\$ 897,4 milhões.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, a alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não há restrições impostas nos contratos de financiamentos junto às instituições que limitem endividamentos ou contratação de novas dívidas à distribuição de dividendos, a alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário. Como forma de monitoramento há cláusulas contratuais de Índices de Cobertura que são periodicamente medidos pelos agentes financeiros e pela Concessionária para que não haja odesenquadramento desse índice, o que pode ocasionar um evento de avaliação antecipado da dívida.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Atualmente em fase de utilização, a Concessionária tem contratado financiamentos abaixo descritos:

a) Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor total de US\$ 130,56 milhões, dos quais em 2018 foram liberadas as últimas parcelas no valor de US\$ 39,98 milhões, tendo sido efetuadas 100% das liberações previstas no contrato. Foi realizado a liquidação antecipada da dívida conforme previsto em contrato para os casos de mudança de controle.

b) Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, no valor total de US\$ 87,46 milhões, dos quais já foram liberados US\$ 87,46 milhões, correspondendo a 100% do contrato.

b) Eletrobras, no valor de R\$ 130,9 milhões, já liberados R\$ 56,7 milhões, correspondente a 43%. Porém, não haverá novas liberações.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia apresenta os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado referentes aos exercícios sociais de 31 de dezembro de 2021, 2020, 2019 e 2018 e comenta as principais variações.

As informações constantes nos balanços patrimoniais e demonstrações de resultado referentes aos exercícios de 2021, 2020, 2019 e 2018 foram extraídas das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Ativo	31/12/2021	AV%	31/12/2020 (reapresentado)	AV%	AH%
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	516.741	8%	54.849	1%	842%
Aplicações financeiras	495.712	7%	-	-	100%
Contas a receber de clientes	923.677	14%	737.308	19%	25%
Almoxarifado	15.233	0%	21.849	1%	-30%
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	152.734	2%	67.991	2%	125%
Instrumentos financeiro derivativos	97	0%	-	-	
Impostos e contribuições a recuperar	326.801	5%	1.083	0%	30076%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	8.994	0%	6.914	0%	30%
Serviços pedidos	32.133	0%	36.865	1%	-13%
Outros créditos a receber	117.042	2%	168.485	4%	-31%
Total do ativo circulante	2.589.164	38%	1.095.344	29%	136%
Não circulante					
Contas a receber de clientes	179.781	3%	88.773	2%	103%
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	266.090	4%	-	-	100%
Instrumentos financeiro derivativos	20.455	0%	-	-	100%
Impostos e contribuições a recuperar	734.485	11%	66.673	2%	1002%
Depósitos judiciais	200.196	3%	167.621	4%	19%
Outros créditos a receber	1.877	0%	1.871	0%	0%
Investimentos	635	0%	3.698	0%	-83%
Ativo financeiro da concessão	426.473	6%	253.046	7%	69%
Imobilizado	69.292	1%	192.359	5%	-64%
Intangível	2.103.681	31%	1.619.704	43%	30%
Ativos de contrato	120.128	2%	265.544	7%	-55%
Direito de uso	31.490	0%	37.305	1%	-16%
Total do ativo não circulante	4.154.583	62%	2.696.594	71%	54%
Total do ativo	6.743.747	100%	3.791.938	100%	78%

	31/12/2021	AV%	31/12/2020 (reapresentado)	AV%	AH%
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	576.912	9%	716.139	19%	-19%
Empréstimos e financiamentos	566.018	8%	147.067	4%	285%
Debêntures	39.178	1%	-	0%	0%
Passivo de arrendamento	20.466	0%	14.476	0%	41%
Instrumentos financeiro derivativos	5.069	0%	-	0%	0%
Impostos e contribuições a recolher	292.154	4%	490.426	13%	-40%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	606	0%	336	0%	80%
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	116.600	2%	71.716	2%	63%
Encargos setoriais	103.253	2%	230.665	6%	-55%
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	282.486	4%	95.229	3%	197%
Plano de aposentadoria e pensão	80.064	1%	175.640	5%	-54%
Outras contas a pagar	149.712	2%	223.302	6%	-33%
Total do passivo circulante	2.232.518	33%	2.164.996	57%	3%
Não circulante					
Fornecedores	-	0%	250.326	7%	-100%
Empréstimos e financiamentos	1.052.891	16%	1.110.059	29%	-5%
Debêntures	1.504.849	22%	-	0%	#DIV/0!
Passivo de arrendamento	13.679	0%	23.907	1%	-43%
Impostos e contribuições a recolher	2.259.142	33%	3.848.882	102%	-41%
Encargos setoriais	26.781	0%	140.785	4%	-81%
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	836.997	12%	-	0%	#DIV/0!
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	491.200	7%	287.384	8%	71%
Plano de aposentadoria e pensão	926.446	14%	1.375.719	36%	-33%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	0%	30.399	1%	-100%
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	0%	270.008	7%	-100%
Obrigações com partes relacionadas	-	0%	-	0%	#DIV/0!
Outras contas a pagar	57.084	1%	32.367	1%	76%
Total do passivo não circulante	7.169.069	106%	7.369.836	194%	-3%
Passivo a descoberto					
Capital social	3.385.861	50%	23.703	1%	14185%
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.269.351)	-19%	(1.160.085)	-31%	9%
Prejuízos acumulados	(4.774.350)	-71%	(4.606.512)	-121%	4%
Total do passivo a descoberto	(2.657.840)	-39%	(5.742.894)	-151%	-54%
Total do passivo e passivo a descoberto	6.743.747	100%	3.791.938	100%	78%

a. Analisando as principais variações em 31 de dezembro de 2021 comparadas com 31 de dezembro de 2020, os Diretores esclarecem que:

Ativo Circulante

Caixa e Equivalente de Caixa

O grupo de Caixa e Equivalente de Caixa apresentou aumento de 942%, uma vez que o saldo em dezembro de 2021 era de R\$ 1.012 bilhões, ante ao saldo de R\$ 54 milhões em dezembro de 2020. O aumento foi ocasionado principalmente pelo: (i) caixa líquido consumido nas atividades operacionais no montante de R\$220 milhões, devido ao PMSO, (ii) pelo caixa consumido pelo capex no montante de R\$462 milhões e (iii) pelo caixa gerado nas atividades financiamento no montante de R\$ 1 milhão.

Tributos a Recuperar

O saldo da conta de tributos a recuperar em 31 de dezembro de 2021 e 2020, no montante de R\$ 326 e R\$ 1 milhão, assim respectivamente, apresentou uma elevação de 30076% na comparação entre os dois períodos, devido, principalmente, ao PIS/COFINS a recuperar de R\$ 217 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020), líquido de compensação com impostos federais, baseado na opinião de seus assessores jurídicos após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e suportado pelo trânsito e julgado da ação, a serem restituídos a consumidores. Este saldo será realizado mediante compensação dos seguintes tributos federais: imposto de renda sobre folha de pagamento, PIS e COFINS e retenções federais.

Estoques

O grupo de estoques apresentou redução de 30% no saldo de 2021 ante ao saldo de 2020, representado por R\$ 15 milhões e 22 milhões, respectivamente. Esta redução se deve, principalmente, às alienações de materiais inservíveis ocorridas em 2021 por meio de leilões.

Ativo Financeiro Setorial

Esta conta aumentou cerca de 125% em 31 de dezembro de 2021, quando apresentou o saldo de R\$ 152 milhões, em comparação com o exercício anterior, quando tinha o saldo de R\$ 68 milhões. A justificativa de tal variação, se deve pelo aumento dos custos da operação do efeito da contratação por disponibilidade e do risco hidrológico, resultantes dos custos repassados à distribuidora para o atendimento do seu mercado, gerando uma CVA positiva no exercício. Além do recebimento CCRBT efetivamente faturado no ano de 2021. A bandeira tarifária é uma forma de antecipação do reajuste seguinte, quando ocorre o faturamento de bandeira tarifária ou mesmo recebimento via conta centralizadora (CCRBT), onde tais valores são baixados da receita de CVA, para não cobrar futuramente no reajuste

Outros Créditos a Receber

O valor desta rubrica apresentou redução de 31% no exercício de 2021, apresentando o saldo de R\$ 117 milhões, o qual era de R\$ 168 milhões no exercício anterior. A principal variação deve-se ao subsídios tarifários da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), estes subsídios são reconhecidos em cada ciclo de reajuste/revisão tarifária para recebimento ao longo do ciclo posterior.

b. Ativo Não Circulante

Tributos a Recuperar

O saldo da conta de tributos a recuperar em 31 de dezembro de 2021 e 2020, no montante de R\$ 734 e R\$ 66 milhão, assim respectivamente, apresentou uma elevação de 1002% na comparação entre os dois períodos, devido, principalmente, ao PIS/COFINS a recuperar de R\$ 648 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020), líquido de compensação com impostos federais, baseado na opinião de seus assessores jurídicos após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e suportado pelo trânsito e julgado da ação, a serem restituídos a consumidores. Este saldo será realizado mediante compensação dos seguintes tributos federais: imposto de renda sobre folha de pagamento, PIS e COFINS e retenções federais.

Depósitos Judiciais

O saldo da conta de depósitos judiciais apresentou elevação de 19%, representado pelo montante de R\$ 200 milhões em 2020 e por R\$ 167 milhões em 2021. Este aumento da conta em 2021 se refere a revisão dos valores provisionados e das probabilidades de riscos de cada processo, considerando os critérios de contingenciamento aplicados no Grupo Equatorial. Deste trabalho resultou a readequação dos valores contingenciados a melhor expectativa e previsão dos valores discutidos pela Companhia. às penhoras judiciais vultuosas sobre os processos judiciais ligados às diferenças do plano de carreira (PCS) e do Bônus Alimentação.

Ativo financeiro da concessão

O saldo desta conta em 2021 aumentou 69%, apresentando o valor de R\$ 426 milhões, quando em 2020 era de R\$ 253 milhões. O aumento é justificado pelas transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão, e devido ao crescimento da energização de bens que estavam na rubrica de ativo de contrato. Além da atualização cujo índice de inflação adotado (IPCA) acumulou variação positiva no período comparativo, ocorreu também a atualização do saldo de obrigações especiais, em 2021, que refere-se a bifurcação que não era realizada pela companhia até o exercício de 2020.

Intangível

O saldo da conta de intangível em 31 de dezembro de 2021 e 2020, no montante de R\$ 2.104 e R\$ 1.620 bilhões, assim respectivamente, apresentou uma elevação de 30% na comparação entre os dois períodos, devido, principalmente, as transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; e aos valores de PIS/COFINS, que durante o processo de avaliação dos custos das obras do período de 2017 a 2021, identificou-se que os serviços e materiais alocados nas obras foram contabilizados líquidos desses impostos, entretanto, os custos incorridos inicialmente para adquirir um ativo foram registrados pelo valor de aquisição. Desta forma, houve a reclassificação do montante para os ativos incorporados no período.

Ativo Contratual (Infraestrutura em Construção)

O saldo desta conta em 2021 reduziu 55%, apresentando o valor de R\$ 120 milhões, quando em 2020 era de R\$ 265 milhões. A redução é justificada pelas unitizações (reclassificação do imobilizado em curso para imobilizado em serviço) ocorridas em 2021, aliado aos menores níveis de investimentos neste exercício, em comparação ao ano anterior. Os saldos das unitizações, que reduzem o Ativo Contratual, são incrementados no Ativos Financeiro e Intangível da Concessão. Além da aplicação dos critérios de apropriação dos custos relacionados às construções de acordo com a regulamentação da Aneel, de modo que o custeio que antes era realizado pelo critério de timesheet, por meio do qual apenas os gastos com mão-de-obra direta eram apropriados às construções, passou a ser realizado pelo critério de departamentalização contemplando assim os custos indiretos de mão-de-obra, incorrendo incremento no custo na ordem de R\$ 150, decorrente da adequação deste critério entre junho de 2016 a maio de 2021.

c. Passivo Circulante

Fornecedores

O saldo da conta de fornecedores apresentou redução de 19%, com o saldo de R\$ 577 milhões em 2021 ante ao saldo de R\$ 716 milhões em 2020. Esta redução se deve, principalmente, aos saldos das operações de energia elétrica comprada para revenda e encargo de uso do sistema que são realizadas em conformidade com as tarifas aprovadas pela ANEEL e pelo ONS. Em 30 de agosto de 2021, a CEEE-D realizou a liquidação antecipada dos Termos de Confissão e Repactuação da Dívida do Repasse de Itaípu nº 3247/2015 e 3352/2017 com a Eletrobras, no montante de R\$ 175, através de caixa e equivalente de caixa.

A Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

O saldo dos empréstimos e financiamentos aumentaram de R\$ 147 milhões em 2020 para R\$ 566 milhões em 2021, representando uma elevação de 285%, sendo explicado principalmente pela transferência do saldo da dívida com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para o curto prazo, condição precedente à liquidação do leilão, com previsão de pré-pagamento até a data legal de 08 de julho de 2022, conforme edital do leilão Nº 01/2020, cláusulas 5.51.3.

Obrigações Fiscais

As obrigações fiscais apresentarão redução de 40%, apresentando o saldo de R\$ 292 milhões em 2021 ante ao saldo de R\$ 490 milhões em 2020. Esta redução no circulante se deve a quitação por assunção de dívida. Além dos valores parcelados, a quitação reduziu um débito do ICMS corrente. De acordo com o Instrumento Particular de Assunção de Obrigação de Pagamento de Dívidas e Outras Avenças, assinado em 07 de dezembro de 2020, a CEEE-D cedeu e transferiu à sua controladora, a CEEE-Par, a assunção da obrigação do débito tributário relativo a ICMS, no montante de R\$ 2.779. A operação se deu mediante capitalização pela CEEE-Par, na CEEE-D, dos créditos decorrentes dessa obrigação, que em decorrência da assunção da obrigação de pagamento, será considerado integralmente quitado no montante anteriormente considerado. Do saldo remanescente, R\$ 2.172 refere-se ao parcelamento realizado junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ/RS, nos termos do Decreto nº 55.577/2020 (Programa “REFAZ Energia Elétrica”), cujo pagamento foi dividido em 180 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC. Conforme previsto no inciso IV do art. 4º, há possibilidade de redução de 60% dos juros e multa condicionada a quitação total ou parcial do débito

Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias

As provisões apresentaram aumento de 197%, passando de R\$ 95 milhões em 2020 para R\$ 282 milhões em 2021. Este aumento da conta em 2021 se refere a revisão dos valores provisionados e das probabilidades de riscos de cada processo, considerando os critérios de contingenciamento aplicados no Grupo Equatorial. Deste trabalho resultou a readequação dos valores contingenciados a melhor expectativa e previsão dos valores discutidos pela Companhia. às penhoras judiciais vultuosas sobre os processos judiciais ligados às diferenças do plano de carreira (PCS) e do Bônus Alimentação.

.Outros passivos

A conta de outros passivos reduziu de R\$ 223 milhões em 2020 para R\$ 145 milhões em 2021, representando uma redução de 33%, isso devido, principalmente, ao saldo de reconhecimentos do subsídio CDE (Conta de Desenvolvimento Energético). Estes subsídios são reconhecidos em cada ciclo de reajuste/revisão tarifária para amortização ao longo do ciclo posterior.

d.

e. Passivo não Circulante

Fornecedores

O saldo da conta de fornecedores apresentou redução de 100%, com o saldo de R\$ 0 milhões em 2021 ante ao saldo de R\$ 250 milhões em 2020. Esta redução se deve, principalmente, aos saldos das operações de energia elétrica comprada para revenda e encargo de uso do sistema que são realizadas em conformidade com as tarifas aprovadas pela ANEEL e pelo ONS. Em 30 de agosto de 2021, a CEEE-D realizou a liquidação antecipada dos Termos de Confissão e Repactuação da Dívida do Repasse de Itaipu nº 3247/2015 e 3352/2017 com a Eletrobras, no montante de R\$ 250, através de caixa e equivalente de caixa.

Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

O saldo dos empréstimos e financiamentos reduziu de R\$ 1.110 milhões em 2020 para R\$ 1.052 milhões em 2021, representando uma queda de 5%, sendo explicado principalmente pelo pré-pagamento do contrato com Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), condição precedente à liquidação do leilão, que foi realizado em 15 de setembro 2021 e a alta da cotação da moeda norte-americana (US\$) frente à moeda brasileira (BRL). Em 2021 a desvalorização da moeda brasileira frente à moeda norte-americana foi de 7,39%, passando de R\$ 5,19 em dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em dezembro de 2021. No exercício anterior, a desvalorização foi de 28,9%, representada pela cotação de R\$ 4,02 em dezembro de 2019 e por R\$ 5,19 em dezembro de 2020. Em contrapartida, ocorreram novas captações com o Bank Of América, no montante de R\$ 250 milhões, com o Banco Sumitomo Mitsui, no montante de 250 milhões e financiamento em Nota Promissória, no montante de R\$ 500 milhões.

Debêntures

A variação em debêntures, apresentou um aumento de R\$ 1.505 milhões em 31 de dezembro de 2021 é derivado principalmente do financiamento da 1ª Emissão de Debêntures Simples, da espécie quirografia com adicional fidejussória em duas séries, sendo está a 1ª série, no montante de R\$ 1.200 milhões, com vencimento final em 15 de agosto de 2026 e a 2ª série, no montante de R\$ 300 milhões, com o vencimento final em 15 de setembro de 2029.

Obrigações Fiscais

As obrigações fiscais apresentarão redução de 41%, apresentando o saldo de R\$ 2.259 bilhões em 2021 ante ao saldo de R\$ 3.849 bilhões em 2020. Esta redução no circulante se deve a quitação por assunção de dívida. Além dos valores parcelados, a quitação reduziu um débito do ICMS corrente. De acordo com o Instrumento Particular de Assunção de Obrigação de Pagamento de Dívidas e Outras Avenças, assinado em 07 de dezembro de 2020, a CEEE-D cedeu e transferiu à sua controladora, a CEEE-Par, a assunção da obrigação do débito tributário relativo a ICMS, no montante de R\$ 2.779. A operação se deu mediante capitalização pela CEEE-Par, na CEEE-D, dos créditos decorrentes dessa obrigação, que em decorrência da assunção da obrigação de pagamento, será considerado integralmente quitado no montante anteriormente considerado. Do saldo remanescente, R\$ 2.172 refere-se ao parcelamento realizado junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ/RS, nos termos do Decreto nº 55.577/2020 (Programa “REFAZ Energia Elétrica”), cujo pagamento foi dividido em 180 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC. Conforme previsto no inciso IV do art. 4º, há possibilidade de redução de 60% dos juros e multa condicionada a quitação total ou parcial do débito.

Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias

As provisões apresentaram aumento de 71%, passando de R\$ 287 milhões em 2020 para R\$ 491 milhões em 2021. Este aumento da conta em 2021 se refere a revisão dos valores provisionados e das probabilidades de riscos de cada processo, considerando os critérios de contingenciamento aplicados no Grupo Equatorial. Deste trabalho resultou a readequação dos valores contingenciados a melhor expectativa e previsão dos valores discutidos pela Companhia. às penhoras judiciais vultuosas sobre os processos judiciais ligados às diferenças do plano de carreira (PCS) e do Bônus Alimentação.

Provisões para Benefícios à Empregados

A variação ocorrida nesta rubrica se deve ao resultado de avaliação atuarial para os planos de benefícios pós emprego denominados Plano Único, CEEEPREV e Ex-Autárquicos, que para os quais o laudo atuarial produzido por empresa independente ajusta os valores a vencer no circulante e não circulante. Em comparação com o exercício anterior, ocorreu uma redução de 33% na provisão para benefícios a empregados, passando de 1.376 milhões em 2020 para 926 milhões em 2021. A redução é decorrente à transferência da obrigação do passivo atuarial de ex-autárquicos para o Estado no exercício, formalizado por meio do Instrumento Particular de Compromisso de Transferência de Ativos e Passivos e Outras Avenças assinado em 30 de junho de 2021. A CEEE-Par assumiu perante a CEEE-D, a assumir o ressarcimento ao Estado e doação de bens imóveis.

Patrimônio Líquido a Descoberto

No exercício de 2021, o saldo apurado de patrimônio líquido a descoberto reduziu 54% em comparação ao exercício anterior, representando o montante de R\$ 2.658 e R\$ 5.742 bilhões, respectivamente, de valores em excesso de passivos sobre os ativos.

Em 1º de julho de 2021, foi autorizado e homologado em assembleia, o aumento de capital social no montante de R\$ 3.362 bilhões, passando o capital social dos atuais R\$ 23 milhões para R\$ 3.386 bilhões. O aumento de capital foi totalmente integralizado pelos acionistas da Companhia, mediante a capitalização pela então Controladora, Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par, sua controladora até 30 de junho de 2021, dos créditos decorrentes: (a) de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) realizado pela CEEE-Par no valor de R\$ 270 milhões, (b) da dívida de ex-autárquicos descontados os bens imóveis, conforme Edital de Leilão N° 01/2020 e Instrumento Particular de Compromisso de Transferência de ativos e passivos e outras avenças de 30 de junho de 2021, no valor de R\$ 313 milhões, e (c) correspondente à obrigação tributária de ICMS transferida pela CEEE-D à CEEE-Par, onde a CEEE-Par capitalizou os créditos dessa obrigação na controlada CEEE-D conforme previsto pelo Instrumento Particular de Assunção de Obrigação de Pagamento de Dívidas e Outras Avenças de 07 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 2.779 bilhões.

	31/12/2020	ANÁLISE		31/12/2019	ANÁLISE		31/12/2018	ANÁLISE
		VERTICAL	HORIZONTAL		VERTICAL	HORIZONTAL		
REAPRESENTADO								
ATIVO CIRCULANTE								
Caixa e Equivalentes de Caixa	54.849	1%	-27%	75.028	2%	-45%	137.406	3%
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	737.308	18%	4%	711.166	17%	1%	701.375	17%
Tributos a Recuperar	7.997	0%	38%	5.777	0%	-60%	14.322	0%
Estoques	21.849	1%	-42%	37.672	1%	-8%	40.891	1%
Ativo Financeiro Setorial	67.991	2%	-32%	99.459	2%	-39%	161.894	4%
Outros Créditos a Receber	202.145	5%	-43%	357.067	9%	39%	256.605	6%
	1.092.139	27%	-15%	1.286.169	31%	-2%	1.312.493	32%
ATIVO NÃO CIRCULANTE								
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	88.773	2%	14%	77.934	2%	-21%	98.767	2%
Tributos a Recuperar	66.673	2%	24%	53.617	1%	29%	41.445	1%
Depósitos Judiciais	167.621	4%	34%	125.405	3%	68%	74.639	2%
Ativo Contratual (infra estrutura em construção)	309.904	8%	-12%	353.089	8%	-27%	481.849	12%
Ativo Financeiro da Concessão.....	253.046	6%	0%	222.738	5%	17%	189.914	5%
Bens e Direitos Destinados à Alienação e Renda	3.698	0%	-91%	42.457	1%	0%	42.457	1%
Outros Créditos a Receber	1.871	0%	-1%	1.888	0%	0%	1.888	0%
Imobilizado	192.359	5%	-4%	200.684	5%	-3%	206.776	5%
Direito de Uso.....	37.305	1%	-19%	45.886	1%	0%	-	0%
Intangível	1.801.473	45%	1%	1.790.522	43%	5%	1.698.758	41%
	2.922.725	73%	0%	2.914.220	69%	3%	2.836.494	68%
TOTAL DO ATIVO	4.014.864	100%	-4%	4.200.389	100%	1%	4.148.987	100%
PASSIVO CIRCULANTE								
Fornecedores	729.458	18%	20%	606.297	14%	3%	587.225	14%
Obrigações Trabalhistas.....	71.716	2%	-11%	80.817	2%	19%	68.122	2%
Obrigações Fiscais	490.762	12%	-83%	2.823.944	67%	86%	1.519.808	37%
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	65.950	2%	21%	54.313	1%	-2%	55.184	1%
Arrendamentos a Pagar.....	14.476	0%	13%	12.766	0%	100%	-	0%
Provisões para Benefícios a Empregados	175.640	4%	-2%	178.756	4%	-17%	214.875	5%
Obrigações da Concessão	230.665	6%	-16%	275.902	7%	-39%	450.712	11%
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	95.229	2%	69%	56.203	1%	-26%	76.366	2%
Outros Passivos	206.778	5%	-42%	357.967	9%	69%	212.226	5%
	2.080.674	52%	-53%	4.446.964	106%	40%	3.184.519	77%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE								
Fornecedores.....	250.326	6%	-27%	344.184	8%	-32%	502.704	12%
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	878.160	22%	20%	730.109	17%	-2%	747.543	18%
Arrendamentos a Pagar.....	23.907	1%	-29%	33.782	1%	100%	-	0%
Provisões para Benefícios a Empregados	1.375.719	34%	16%	1.185.476	28%	22%	970.695	23%
Obrigações Fiscais	3.848.882	96%	3384%	110.459	3%	-33%	164.821	4%
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	287.384	7%	6%	270.939	6%	94%	139.512	3%
Obrigações da Concessão	366.914	9%	13%	324.307	8%	-7%	350.493	8%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	30.399	1%	-30%	43.548	1%	17%	37.065	1%
Obrigações com Partes Relacionadas	313.016	8%	-16%	373.164	9%	0%	373.240	9%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	270.008	7%	100%	-	0%	0%	-	
Outros Passivos	32.368	1%	17%	27.737	1%	-10%	30.836	1%
	7.677.083	191%	123%	3.443.706	82%	4%	3.316.909	80%

PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital Social	23.703	1%	0%	23.703	1%	0%	23.703	1%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	0%	-100%	177.202	4%	0%	177.202	4%
Reserva de Incentivos Fiscais	-	0%	0%	-	0%	-100%	1.592.060	38%
Outros Resultados Abrangentes	(1.160.085)	-29%	28%	(907.573)	-22%	39%	(652.244)	-16%
Prejuízos Acumulados	(4.606.512)	-115%	54%	(2.983.614)	-71%	-15%	(3.493.162)	-84%
	(5.742.894)	-143%	56%	(3.690.282)	-88%	57%	(2.352.441)	-57%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.014.864	100%	-4%	4.200.389	100%	1%	4.148.987	100%

f. Analisando as principais variações em 31 de dezembro de 2020 comparadas com 31 de dezembro de 2019, os Diretores esclarecem que:

Ativo Circulante

Caixa e Equivalente de Caixa

O grupo de Caixa e Equivalente de Caixa apresentou redução de 27%, uma vez que o saldo em dezembro de 2020 era de R\$ 54,8 milhões ante ao saldo de R\$ 75 milhões em dezembro de 2019. Não ocorreram eventos atípicos responsáveis por esta variação além daqueles ordinários da operação da Companhia.

Tributos a Recuperar

O saldo da conta de tributos a recuperar em 31 de dezembro de 2020 e 2019, no montante de R\$ 7,9 e R\$ 5,8 milhões, assim respectivamente, apresentou uma elevação de 38% na comparação entre os dois períodos, devido, principalmente, à apropriação de IRPJ e CSLL sobre saldo negativo de prejuízos acumulados.

Estoques

O grupo de estoques apresentou redução de 42% no saldo de 2020 ante ao saldo de 2019, representado por R\$ 21,8 milhões e 37,7 milhões, respectivamente. Esta redução se deve, principalmente, às alienações de materiais inservíveis ocorridas em 2020 por meio de leilões.

Ativo Financeiro Setorial

Esta conta reduziu cerca de 32% em 31 de dezembro de 2020, quando apresentou o saldo de R\$ 67,9 milhões, em comparação com o exercício anterior, quando tinha o saldo de R\$ 99,5 milhões. A justificativa de tal variação se deve ao reconhecimento dos valores de CVA (Conta de Compensação e Variação da Parcela A) no reajuste de 2019 por níveis mais elevados que a constituição de 2020. Isso provoca maiores níveis de amortização do exercício anterior do que constituições do exercício corrente.

Outros Créditos a Receber

O valor desta rubrica apresentou redução de 43% no exercício de 2020, apresentando o saldo de R\$ 202 milhões, o qual era de R\$ 357 milhões no exercício anterior. A principal variação deve-se aos subsídios tarifários da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) na ordem de R\$ 283 milhões em 2019, quando em 2020 o valor foi de R\$ 141 milhões. Estes subsídios são reconhecidos em cada ciclo de reajuste/revisão tarifária para recebimento ao longo do ciclo posterior.

g. Ativo Não Circulante

Tributos a Recuperar

O saldo da rubrica Tributos a Recuperar em 2020 é de R\$ 66,7 milhões, apresentando um aumento de 24% em relação ao exercício anterior, que apresentava o valor de R\$ 53,7 milhões. Este aumento refere-se, principalmente, aos registros de apropriação do ICMS a recuperar sobre as compras de ativo imobilizado.

Depósitos Judiciais

O saldo da conta de depósitos judiciais apresentou elevação de 34%, representado pelo montante de R\$ 167,6 milhões em 2020 e por R\$ 125,4 milhões em 2019. Este aumento da conta em 2020 se refere às penhoras judiciais vultuosas sobre os processos judiciais ligados às diferenças do plano de carreira (PCS) e do Bônus Alimentação.

Ativo Contratual (Infraestrutura em Construção)

O saldo desta conta em 2020 reduziu 12%, apresentando o valor de R\$ 309,9 milhões, quando em 2019 era de R\$ 353,1 milhões. A redução é justificada pelas unitizações (reclassificação do imobilizado em curso para imobilizado em serviço) ocorridas em 2020, aliado aos menores níveis de investimentos neste exercício, em comparação ao ano anterior. Os saldos das unitizações, que reduzem o Ativo Contratual, são incrementados no Ativos Financeiro e Intangível da Concessão.

Bens e Direitos Destinados à Alienação

Os bens e direitos foram reduzidos em R\$ 38,7 milhões em 2020, com o saldo de R\$ 3,7 milhões ante ao saldo de R\$ 42,5 milhões em 2019. Esta redução se deve ao registro da provisão de perda sobre os ativos ligados aos hortos florestais da Companhia. Os Hortos Florestais eram destinados ao plantio, tratamento e beneficiamento de madeiras para a produção de postes que eram utilizados nas redes de distribuição da Companhia até o ano de 2012. A partir de 2013, a usina de preservação de madeira foi desativada e a Companhia passou a adquirir postes de concretos para a sua operação. Desde então, a Companhia vem empreendendo ações para alienar e vender os hortos florestais, entretanto, houve fracasso dos últimos leilões realizados. Neste sentido, a provisão de perda foi registrada devido à dificuldade de encontrar mercado ativo de compradores para estes ativos.

h. Passivo Circulante

Fornecedores

O saldo da conta de fornecedores apresentou aumento de 20%, com o saldo de R\$ 729,5 milhões em 2020 ante ao saldo de R\$ 606,2 milhões em 2019. Este aumento se deve, principalmente, aos maiores níveis de provisões sobre as compras de energia elétrica registradas em dezembro de 2020 quando comparada ao mesmo período do exercício anterior.

Obrigações Fiscais

As obrigações fiscais apresentarão redução de 83%, apresentando o saldo de R\$ 490,7 milhões em 2020 ante ao saldo de R\$ 2.823,9 milhões em 2019. Esta redução no circulante se deve aos parcelamentos firmados junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ/RS, nos termos do Decreto nº 55.577/2020 (Programa “REFAZ Energia Elétrica”). Foram parcelados as obrigações vinculadas aos Autos de Infração nºs 0042237300, 9000032445, 00967339294, 0968934390, 0969862563 e 0969913508 e decorrentes de inadimplência de ICMS corrente, vencidos nas competências agosto/2016 a dezembro/2016, setembro/2017 a agosto/2018 e novembro/2018 a março/2020. A Companhia também repactuou os parcelamentos junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ/RS referente a inadimplência de ICMS corrente, vencidos nas competências março/2020 e setembro/2020.

A Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

O saldo dos empréstimos e financiamentos aumentaram de R\$ 54,3 milhões em 2019 para R\$ 65,9 milhões em 2020, representando uma elevação de 21%, sendo explicado principalmente pela alta da cotação da moeda norte-americana (US\$) frente à moeda brasileira (BRL). Em 2020 a desvalorização da moeda brasileira frente à moeda norte-americana foi de 29,1%, passando de R\$ 4,02 em dezembro de 2019 para R\$ 5,19 em dezembro de 2020. No exercício anterior, a desvalorização foi de 3,87%, representada pela cotação de R\$ 3,87 em dezembro de 2018 e por R\$ 4,02 em dezembro de 2019.

O Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias

As provisões apresentaram aumento de 69%, passando de R\$ 56,2 milhões em 2019 para R\$ 95,2 milhões em 2020. Esta variação ocorreu porquê, em 2019, o saldo estava demonstrado pelo valor líquido dos depósitos registrados no ativo. Esta prática foi alterada a partir do 1T2020. O aumento também é explicado pela revisão das premissas do cálculo das provisões trabalhistas e cíveis, na qual foi excluído o redutor de provisões até então aplicado conforme a fase de andamento processual.

Outros passivos

A conta de outros passivos reduziu de R\$ 357,9 milhões em 2019 para R\$ 206,7 milhões em 2020, representando uma redução de 42%, isso devido, principalmente, ao saldo de reconhecimentos do subsídio CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) em 2019, que representou R\$ 283 milhões, sendo que em 2020 o saldo foi de R\$ 141 milhões. Estes subsídios são reconhecidos em cada ciclo de reajuste/revisão tarifária para amortização ao longo do ciclo posterior.

i. Passivo não Circulante

Fornecedores

O saldo desta conta apresentou redução de 27% em 2020, com o saldo de R\$ 250,3 milhões frente ao saldo de R\$ 344,1 milhões no exercício anterior. A redução é devida pela quitação de parcelas relativas a repactuação de dívidas sobre a compra de energia Itaipu.

Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

O saldo dos empréstimos e financiamentos aumentaram de R\$ 730,1 milhões em 2019 para R\$ 878,2 milhões em 2020, representando uma elevação de 20%, sendo explicado principalmente pela alta da cotação da moeda norte-americana (US\$) frente à moeda brasileira (BRL). Em 2020 a desvalorização da moeda brasileira frente à moeda norte-americana foi de 29,1%, passando de R\$ 4,02 em dezembro de 2019 para R\$ 5,19 em dezembro de 2020. No exercício anterior, a desvalorização foi de 3,87%, representada pela cotação de R\$ 3,87 em dezembro de 2018 e por R\$ 4,02 em dezembro de 2019.

Provisões para Benefícios à Empregados

A variação ocorrida nesta rubrica se deve ao resultado de avaliação atuarial para os planos de benefícios pós emprego denominados Plano Único, CEEEPREV e Ex-Autárquicos, que para os quais o laudo atuarial produzido por empresa independente ajusta os valores a vencer no circulante e não circulante.

Em comparação com o exercício anterior, ocorreu o aumento de 190,2 milhões na provisão para benefícios a empregados, passando de 1.185,5 milhões em 2019 para 1.375,7 milhões em 2020. O aumento é decorrente, principalmente, pela redução das taxas de desconto, aumento na experiência da população e a redução no valor dos ativos dos planos.

Obrigações Fiscais

As obrigações fiscais apresentarão elevação de 3.384%, apresentando o saldo de R\$ 3.848,9 bilhões em 2020 ante ao saldo de R\$ 110,5 milhões em 2019. Este aumento nos saldos do não circulante se deve aos parcelamentos firmados junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ/RS, nos termos do Decreto nº 55.577/2020 (Programa “REFAZ Energia Elétrica”). Foram parcelados as obrigações vinculadas aos Autos de Infração nºs 0042237300, 9000032445, 00967339294, 0968934390, 0969862563 e 0969913508 e decorrentes de inadimplência de ICMS corrente, vencidos nas competências agosto/2016 a dezembro/2016, setembro/2017 a agosto/2018 e novembro/2018 a março/2020. A Companhia também repactuou os parcelamentos junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ/RS referente a inadimplência de ICMS corrente, vencidos nas competências março/2020 e setembro/2020.

Obrigações com Partes Relacionadas

As obrigações com partes relacionadas apresentaram uma redução de 16%, representada pelo saldo de R\$ 313 milhões no encerramento de 2020 ante ao saldo de R\$ 373 milhões em 2019. A principal causa desta redução foi o pagamento de R\$ 86 milhões à CEEE-GT referente à operação de mútuo, sendo R\$ 72 milhões de principal e R\$ 14 milhões de juros. No período de 2020, foram apropriados R\$ 26 milhões de encargos.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Esta conta apresentou saldo de R\$ 270 milhões em 2020, sendo que em 2019 possuía saldo zero. Este valor de R\$ 270 milhões refere-se a adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados pela Controladora CEEE-PAR. Em 2017, o adiantamento para futuro aumento de capital foi de R\$ 84.993; em 2018, o valor foi de R\$ 92.209; e em 2020, o novo aporte foi de R\$ 92.806.

a. Patrimônio Líquido a Descoberto

No exercício de 2020, o saldo apurado de patrimônio líquido a descoberto aumentou 56% em comparação ao exercício anterior, representando o montante de R\$ 5.742,9 e R\$ 3.690,3 bilhões, respectivamente, de valores em excesso de passivos sobre os ativos.

Os Diretores esclarecem que as ações de reversão destes desequilíbrios estão alinhadas com o plano de desestatização oficializado pelo acionista majoritário, o Estado do Rio Grande do Sul, através da Lei Estadual nº 15.298/2019, conforme detalhado no item 10.1, subitem a.

j. Analisando as principais variações em 31 de dezembro de 2019 comparadas com 31 de dezembro de 2018, os Diretores esclarecem que:

Ativo Circulante

Caixa e Equivalente de Caixa

O grupo de Caixa e Equivalente de Caixa apresentou redução de 45%, uma vez que o saldo em dezembro de 2019 era de R\$ 75 milhões ante ao saldo de R\$ 137,4 milhões em dezembro de 2018. Esta variação é justificada pelo aporte de recursos em 2018 através do Mútuo firmado com a CEEE-GT, com parcelas que ingressaram em agosto, setembro e outubro de 2018, as quais somaram o valor total de R\$300 milhões. Também contribuiu para o incremento de caixa em 2018 o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, no montante de R\$ 92 milhões, realizado pela CEEE-PAR.

Tributos a Recuperar

O saldo da conta de tributos a recuperar em 31 de dezembro de 2019 e 2018, no montante de R\$ 5,8 e R\$14,3 milhões, assim respectivamente, apresentou uma redução de 60% na comparação entre os dois períodos, devido, principalmente, à utilização de créditos de impostos e contribuições federais.

Ativo Financeiro Setorial

Esta conta reduziu cerca de 39% em 31 de dezembro de 2019, quando apresentou o saldo de R\$ 99,5 milhões, em comparação com o exercício anterior, quando tinha o saldo de R\$ 161,9 milhões. A justificativa de tal variação se deve ao fato de que em 2018 os ajustes da CVA (Conta de Compensação e Variação da Parcela A) homologados e registrados em 2018 representaram valores mais elevados do que os registrados ao longo do ciclo de 2019, levando a maiores níveis de amortização do exercício anterior do que constituições do exercício corrente.

Outros Créditos a Receber

O valor desta rubrica apresentou elevação de 39% no exercício de 2019, apresentando o saldo de R\$ 357 milhões, o qual era de 257 milhões no exercício anterior. A principal variação deve-se ao reconhecimento dos subsídios tarifários da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) na ordem de R\$ 283 milhões em 2019, quando em 2018 o valor foi de R\$ R\$ 141 milhões. Estes subsídios são reconhecidos em cada ciclo de reajuste/revisão tarifária para recebimento ao longo do ciclo posterior.

k. Ativo Não Circulante

Consumidores, Concessionários e Permissionários

O saldo da rubrica Consumidores, Concessionários e Permissionários em 2019 e 2018 é de R\$ 77,9 e R\$ 98,7 milhões, respectivamente. Esta redução de 21% foi resultante da reclassificação do AVP (Ajuste a Valor Presente), no montante de R\$ 32 milhões, do Ativo Circulante para o Não Circulante. O AVP tem o objetivo de reduzir o saldo dos parcelamentos de longo prazo firmados com os consumidores, que carregam nas parcelas os encargos financeiros pré fixados.

Tributos a Recuperar

O saldo da rubrica Tributos a Recuperar em 2019 é de R\$ 53,6 milhões, apresentando um aumento de 29% em relação ao exercício anterior, que apresentava o valor de R\$ 41,4 milhões. Este aumento refere-se aos registros de apropriação dos tributos estaduais a recuperar. Estes tributos têm expectativa de realização de até quatro anos.

Ativo Contratual (Infraestrutura em Construção)

O saldo desta conta em 2019 reduziu 27%, apresentando o valor de R\$ 353 milhões, quando em 2018 era de R\$ 481,8 milhões. A redução é justificada pelo elevado volume de unitizações (reclassificação do imobilizado em curso para imobilizado em serviço) em 2019, aliado aos menores níveis de investimentos neste exercício, em comparação ao ano anterior.

Direito de Uso

O saldo em 2019, R\$ 45,8 milhões, representado pela adoção inicial da norma IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos vigente a partir de 2019. O princípio norteador desta nova normativa é o reconhecimento do ativo e passivo advindo do direito de uso e de controle de um bem relacionado ao contrato de arrendamento.

I. Passivo Circulante

Obrigações Fiscais

O saldo da conta de obrigações fiscais em 2019 e 2018 é de R\$ 2.823 e R\$ 1.520 milhões, respectivamente. O aumento de 68% refere-se, principalmente, aos valores inadimplidos de ICMS ao longo do exercício de 2019, os quais somam cerca de R\$ 1.193 milhões.

Arrendamentos a Pagar

Saldo em 2019, R\$ 12,7 milhões, se refere à adoção inicial da norma contábil IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, vigente a partir de 2019. O princípio norteador desta nova normativa é o reconhecimento do ativo e passivo advindo do direito de uso e de controle de um bem relacionado ao contrato de arrendamento.

Provisões para Benefícios a Empregados

A variação ocorrida nesta rubrica se deve ao resultado de avaliação atuarial para os planos de benefícios pós emprego denominados Plano Único, CEEEPREV e Ex-Autárquicos, que para os quais o laudo atuarial produzido por empresa independente ajusta os valores a vencer no circulante e não circulante.

Em comparação com o exercício anterior, aumento de 178,7 milhões na provisão para benefícios a empregados, de 1.185,6 milhões em 2018 para 1.364,2 milhões em 2019, no ativo circulante e não circulante, é decorrente principalmente da redução nas taxas de desconto utilizadas no cálculo atuarial. Em média, frente à política de redução de juros da economia brasileira ocorrida em 2019, e que também projeta reduções para os próximos exercícios, estas taxas de desconto dos passivos dos planos foram reduzidas em cerca de 1,72%.

Obrigações da Concessão

O saldo da conta de obrigações da concessão em 2019 e 2018 é de R\$ 275,9 e R\$ 450,7 milhões, assim respectivamente. A redução de 39% refere-se, principalmente, à quitação das parcelas relativas a repactuação de dívidas de encargos intrasetoriais da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Outros Passivos

Esta conta apresentou aumento de 69%, apresentando o saldo de R\$ 357,9 milhões em 2019 ante ao saldo de R\$ 212,2 milhões no exercício anterior. A principal variação deve-se ao reconhecimento dos subsídios tarifários da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) na ordem de R\$ 283 milhões em 2019, quando em 2018 o valor reconhecido foi de R\$ R\$ 141 milhões. Estes subsídios são reconhecidos em cada ciclo de reajuste/revisão tarifária para recebimento ao longo do ciclo posterior.

m. Passivo não Circulante

Fornecedores

O saldo desta conta apresentou redução de 32% em 2019, com o saldo de R\$ 344,2 milhões frente ao saldo de R\$ 502,7 milhões no exercício anterior. A redução é devida pela quitação de parcelas relativas a repactuação de dívidas sobre a compra de energia Itaipu.

Arrendamentos a Pagar

O valor em 2019 de R\$ 33,7 milhões, se refere à adoção inicial da norma contábil IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, vigente a partir de 2019. O princípio norteador desta nova normativa é o reconhecimento do ativo e passivo advindo do direito de uso e de controle de um bem relacionado ao contrato de arrendamento.

Provisões para Benefícios à Empregados

A variação ocorrida nesta rubrica se deve ao resultado de avaliação atuarial para os planos de benefícios pós emprego denominados Plano Único, CEEEPREV e Ex-Autárquicos, que para os quais o laudo atuarial produzido por empresa independente ajusta os valores a vencer no circulante e não circulante.

Em comparação com o exercício anterior, aumento de 178,7 milhões na provisão para benefícios a empregados, de 1.185,6 milhões em 2018 para 1.364,2 milhões em 2019, no ativo circulante e não circulante, é decorrente principalmente da redução nas taxas de desconto utilizadas no cálculo atuarial. Em média, frente à política de redução de juros da economia brasileira ocorrida em 2019, e que também projeta reduções para os próximos exercícios, estas taxas de desconto dos passivos dos planos foram reduzidas em cerca de 1,72%.

Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias

Para esta conta ocorreu o aumento de 94% no saldo de 2019, com valor de R\$ 270,9 milhões, em comparação ao saldo do exercício anterior, que era de R\$ 139,5 milhões. Dois fatores são os principais causadores deste aumento, sendo eles: i) o maior quantitativo de processos registrados em 2019; e ii) o registro de complemento na provisão sobre a ação coletiva movida pelo Sindicato Senergisul.

b. Patrimônio Líquido a Descoberto

No exercício de 2019 o saldo apurado de patrimônio líquido a descoberto aumentou 57% em comparação ao exercício anterior, representando o montante de R\$ 3.690,3 e R\$ 2.352,4 milhões, respectivamente, de valores em excesso de passivos sobre os ativos.

Os Diretores esclarecem que as ações de reversão destes desequilíbrios estão alinhadas com o plano de desestatização oficializado pelo acionista majoritário, o Estado do Rio Grande do Sul, através da Lei Estadual nº 15.298/2019, conforme detalhado no item 10.1, subitem a.

n. As principais variações na receita, nos custos, despesas e resultado financeiro entre os exercícios de 2021 e 2020 estão apresentadas abaixo:

	31/12/2021	AV%	31/12/2020 (reapresentado)	AV%	AH%
Receita operacional líquida	4.888.063	100%	3.554.642	100%	38%
Energia elétrica comprada para revenda	(3.452.173)	-71%	(2.747.743)	-77%	26%
Custo de construção	(509.744)	-10%	(151.851)	-4%	236%
Custo da operação	(440.927)	-9%	(643.004)	-18%	-31%
Custos de energia elétrica, construção e operação	<u>(4.402.844)</u>	-90%	<u>(3.542.598)</u>	-100%	24%
Resultado bruto	485.219	10%	12.044	0%	3929%
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	(159.680)	-3%	(116.364)	-3%	37%
Despesas gerais e administrativas	(261.402)	-5%	(216.475)	-6%	21%
Perdas esperada por redução ao valor recuperável	(66.755)	-1%	(166.615)	-5%	-60%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(3.162)	0%	(107.381)	-3%	-97%
Total de despesas operacionais	<u>(490.999)</u>	-10%	<u>(606.835)</u>	-17%	-19%
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro	(5.780)	0%	(594.791)	-17%	-99%
Receitas financeiras	679.271	14%	405.739	11%	67%
Despesas financeiras	(1.098.124)	-22%	(1.446.994)	-41%	-24%
Resultado financeiro	<u>(418.853)</u>	-9%	<u>(1.041.255)</u>	-29%	-60%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(424.633)	-9%	(1.636.046)	-46%	-74%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.399	1%	13.148	0%	131%
Impostos sobre o lucro	<u>30.399</u>	1%	<u>13.148</u>	0%	131%
Prejuízo do exercício	<u><u>(394.234)</u></u>	-8%	<u><u>(1.622.898)</u></u>	-46%	-76%

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D registrou prejuízo de R\$ 394 bilhão no encerramento do exercício de 2021, representando uma redução de 76% ante o prejuízo de R\$ 1.622 bilhão no exercício anterior. As principais variações ocorridas no resultado comparativo são descritas na sequência:

Receita Operacional

A receita operacional bruta é o valor faturado pela empresa em suas operações. A Companhia registrou no exercício de 2021 um aumento de 25% em sua receita bruta, apresentando um montante de R\$ 7.387 bilhões ante um total de R\$ 5.928 bilhões em 2020. Este aumento deve, principalmente, ao reajuste médio de -5,06% para os consumidores da CEEE-D, aplicado pela ANEEL em novembro de 2019, isso fez com que o faturamento do mercado base de 2020 tivesse uma redução. Essa redução ainda sofreu um novo decréscimo em função de que em novembro de 2020 houve um ajuste no período do faturamento do grupo A para adequação ao calendário do mês civil, fazendo com que 16 etapas de faturamento finalizassem com menos de 27 dias. Em contrapartida em novembro de 2020, a ANEEL concedeu um reajuste médio de 7,83% para a então CEEE-D. Esse reajuste teve impacto até novembro de 2021. A partir deste período houve um novo reajuste no montante de 14,62% aumentando assim a diferença na conta de fornecimento. Ainda, em 2021 houve um crescimento de 2% no mercado de energia e a receita de bandeiras acrescentou no período de 2021 o montante de R\$ 377 na conta de fornecimento em função da aplicação da bandeira vermelha, patamar 2 e da criação da bandeira de risco hidrológico.

Houve variação também, entre ativos e passivos regulatórios, principalmente por: (i) reconhecimento na tarifa dos recursos recebidos a título de repasse da Conta-Covid no montante (ii) previsão dos custos de energia e encargos concedido pela ANEEL, no reajuste ou revisão, ter sido inferior aos custos efetivamente pagos, gerando uma receita de constituição de Parcela A superior em R\$ 253 milhões, ao ocorrido em 2020; (iii) variação entre os valores amortizados do último reajuste em relação a 2020.

Além disso, a receita de suprimento de energia elétrica foi maior em comparação com o exercício anterior, devido ao aumento do PLD, tendo em vista que em 2020, a Companhia apresentou um PLD de R\$/MWh 124,78, já em 2021, o PLD apresentado foi de R\$/MWh 313,62.

Na atualização do ativo financeiro, em razão do 5º ciclo de revisão tarifária tivemos um considerável número de obras encerradas que impactaram o saldo a ser transferido/bifurcado para o ativo financeiro e sua consequente atualização cujo índice de inflação adotado, acumulou variação positiva no exercício comparativo, o IPCA, que passou de 4,51% até dezembro de 2020 para 10,06% até dezembro de 2021.

As Deduções da Receita Operacional são os valores descontados diretamente do faturamento, tais como os impostos sobre vendas e os encargos intrassetoriais. As deduções da receita operacional registrou um aumento de 5%, representando R\$ 2.499 bilhões em 2021 e R\$ 2.373 bilhões em 2020. Esta variação decorre do aumento dos tributos incidentes sobre o faturamento e nos encargos vinculados à conta CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), que em 2020 tinha o saldo de R\$ 422 milhões e em 2021 o saldo foi de R\$ 435 milhões. A cota CDE é definida pela ANEEL ao final de cada exercício para aplicação no exercício seguinte, sendo um fundo setorial que tem como objetivo custear diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro, como por exemplo: universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional; descontos tarifários referentes aos consumidores de baixa renda, produtores rurais; Irrigantes; geração e consumo de energia de fonte incentivadas; dentre outros.

A receita operacional líquida representa a diferença entre a receita bruta e as deduções. A receita líquida em 2021 foi de R\$ 4.888 bilhões ante ao valor de R\$ 3.555 bilhões em 2020, refletindo uma queda de 4% devido aos fatores já explicados acima.

O Custo com Energia Elétrica apresentou elevação de 24%, com o saldo de R\$ 3.453 bilhões em 2021 ante ao saldo de R\$ 4.403 bilhões em 2020. Este aumento ocorreu, devido as seguintes variações:

Energia elétrica comprada para revenda

A energia elétrica comprada para revenda, teve um crescimento elevado de elevação de 26%, com o saldo de R\$ 3.452 bilhões em 2021 ante ao saldo de R\$ 2.747 bilhões em 2020. Este aumento ocorreu, principalmente, devido aos custos com contratos (CCEAR-Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCS - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) decorrentes de preços de pagamentos superiores aos observados em 2020 em virtude da atualização da atualização das tarifas

dos contratos, bem como a atual situação hídrica do país, que ocasionou a necessidade de acionamento térmico de Usina com preços de geração elevado, com isso o preço médio de aquisição de energia aumentou em 4,4% passando para 218,68 R\$/MWh. Além disso, o crescimento elevado do exercício é associado as despesas do Encargos de Serviços do Sistema – ESS, devido ao acionamento das térmicas fora da ordem de mérito, levando a pagamentos elevados deste encargo; Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP). O aumento nos custos decorrem das tarifas aprovadas na resolução RAP de nº 2.726 de 14 de julho de 2020 com vigência até junho de 2021 e a nova resolução RAP Nº 2.896 de 13 de julho de 2021, com vigência a partir de julho/2021 até junho/2022, as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão).

Custo de Construção

O Custo de Construção apresentou elevação de 236%, com o saldo de R\$ 510 milhões em 2021 ante ao saldo de R\$ 151 milhões em 2020. A Companhia reconheceu a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O valor é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados. A variação positiva no exercício de 2021 deu-se, principalmente, em decorrência da Covid-19, havendo impacto no recebimento de materiais e liberação de equipes para execução das obras, o que ocasionou em uma redução na realização de algumas obras orçadas para o exercício de 2020, as quais foram reprogramadas para o exercício de 2021, gerando, com isso, maiores gastos em relação ao exercício comparativo, além da revisão nos critérios de apropriação dos custos relacionados às construções.

Custo de Operação

Em relação aos Custos de Operação, verifica-se redução de 31% quando comparados ao exercício de 2020, representados por R\$ 441 milhões em 2021 e R\$ 643 milhões em 2020. Merece destaque nesta variação a conta de pessoal, que aumentou 31% na comparação entre os exercícios, com o saldo de R\$ 251 milhões em 2021 e de R\$ 341 milhões em 2020. Tal variação é reflexo da transferência de custos de mão de obra de ordens em curso para custos de construção, a qual tem efeito redutor nos custos de pessoal e variou R\$ (162.842) em relação a 2020; em contrapartida a redução houve aumento de R\$ 42.452 referente ao programa de demissão e provisão de benefícios, aos ex-colaboradores da CEEE-D, instaurado no processo de aquisição da Companhia; e o aumento de R\$ 30.948, referente a provisão de benefícios aos funcionários ativos, relacionados ao acordo coletivo de trabalho de 2021, com contrapartida no passivo, em salários e encargos (Obrigações e encargos sobre folha de pagamento).

Despesas Operacionais

As Despesas Operacionais apresentaram redução de 19% em 2021 quando comparado ao exercício de 2020, tendo o saldo de R\$ 491 milhões em 2021 e de R\$ 607 milhões no exercício anterior.

Neste contexto das despesas operacionais, merecem destaque as despesas as despesas gerais e administrativas que apresentaram um aumento de 21%, com o saldo de R\$ 261 milhões em 2021 e de R\$ 216 milhões no exercício anterior. Este aumento ocorreu, principalmente em provisões para processos cíveis, em função de ação indenizatória movida por Banco Máxima em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debênture conversíveis em ações. Atualmente o processo está em fase de liquidação de sentença, a fim de aferir eventual prejuízo sofrido pelo Banco em decorrência dos danos emergentes, eis que o pedido de lucros cessantes foi julgado improcedente, já com trânsito em julgado; Além disso, houve redução de pagamentos judiciais não provisionados no valor de R\$ 40 milhões; e aumento de R\$ 7 milhões em despesas de arrendamento e aluguéis. Contempla também, R\$ 34 milhões referente a recuperação de despesas, de recursos humanos entre partes relacionadas, ocorridos de 1º de agosto de 2013 até 30 de junho de 2020, que foi reconhecida após a celebração do Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida celebrado com a CEEE-T, com anuência da ANEEL, através do Despacho nº 665, em 11 de março de 2021.

Também contribuiu para a elevação das despesas operacionais a redução da conta de Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa em R\$ 100 milhões em decorrência, principalmente, à reversão de perda no exercício de 2021, em cerca de R\$ 124 milhões, relacionada às renegociações de dívidas.

As outras despesas operacionais também apresentaram redução de 97%, com o saldo de R\$ 3 milhões em 2021 e de R\$ 107 milhões no exercício anterior. O principal reflexo foi a reversão de R\$ 30 milhões em impairment dos bens de propriedade para investimento, conforme Edital de Leilão N° 01/2020 e Instrumento Particular de Compromisso de Transferência de ativos e passivos e outras avenças; redução de R\$ 30 milhões do saldo de perdas na alienação e desativação do ativo imobilizado, que tem como contrapartida as contas de alienações e desativações em curso, em outros créditos a receber; e R\$ 44 milhões de perdas por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado.

Resultado Financeiro

No resultado financeiro líquido, o saldo negativo de 2021 reduziu 60% quando comparado ao saldo negativo de 2020. Em 2021 o saldo é de R\$ 419 milhões negativos e no exercício anterior o saldo negativo era de R\$ 1.041 bilhões.

Destaca-se como fator impactante nesta oscilação, o aumento nas rendas de aplicações financeiras em 2021, que ocorreu em função dos acréscimos do caixa da Companhia em relação ao exercício de 2020; Os reflexos da variação cambial, que gerou uma despesa inferior em 2021 com o aumento do dólar de 7,39%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021, contra uma despesa superior em 2020 com o aumento do dólar em 28,8%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020. Também cabe destacar a atualização monetária das contingências prováveis, calculadas de acordo com os critérios de atualização definidos pela Companhia e que estão em consonância com os índices previstos nos respectivos processos e com as legislações pertinentes.

o. As principais variações na receita, nos custos, despesas e resultado financeiro entre os exercícios de 2020 e 2019 estão apresentadas abaixo:

	31/12/2020	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	31/12/2019	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	31/12/2018	ANÁLISE VERTICAL
RECEITA OPERACIONAL	5.824.694	66%	-2%	5.952.859	76%	1%	5.899.209	77%
Fornecimento de Energia Elétrica	4.830.032	37%	-3%	4.983.946	47%	0%	4.966.464	49%
Suprimento de Energia Elétrica	15.114	-100%	-31%	21.971	-99%	100%	47.866	-99%
Disponibilização do Sistema de Distribuição	289.321	-92%	17%	247.796	-93%	15%	214.966	-94%
Energia Elétrica de Curto Prazo	173.553	-95%	-47%	324.587	-90%	72%	188.869	-94%
Receita de Construção	151.853	-96%	8%	141.024	-96%	-33%	208.993	-94%
Remuneração do Ativo Financeiro	-10.111	-100%	56%	6.469	-100%	-11%	7.267	-100%
Outras Receitas Operacionais	354.710	-90%	56%	227.066	-93%	-14%	264.784	-92%
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(2.310.249)	-166%	-10%	(2.564.708)	-176%	0%	(2.565.381)	-177%
ICMS	(1.339.079)	-138%	-8%	(1.455.301)	-143%	5%	(1.382.214)	-141%
PASEP e COFINS	(526.798)	-115%	-2%	(539.155)	-116%	4%	(516.636)	-115%
Outros Encargos	14.822	-100%	-245%	(10.248)	-100%	-44%	(18.307)	-101%
Encargos Consumidor - P&D / MME / FNDCT / PEE	(33.878)	-101%	4%	(32.646)	-101%	4%	(31.387)	-101%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(422.033)	-112%	-19%	(524.235)	-115%	-15%	(613.779)	-118%
Taxa de Fiscalização - TFSEE	(3.283)	-100%	5%	(3.124)	-100%	2%	(3.057)	-100%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.514.445	0%	4%	3.388.151	0%	2%	3.333.828	0%
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(3.574.588)	-202%	2%	(3.516.298)	-204%	0%	(3.501.159)	-205%
Custo com Energia Elétrica	(2.747.742)	-178%	3%	(2.662.678)	-179%	1%	(2.633.661)	-179%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.265.051)			(391.940)			(444.610)	
Encargo de Uso do Sistema	(482.692)							
Custo de Operação	(826.846)	-124%	-3%	(853.621)	-125%	-2%	(867.498)	-126%
Pessoal e Administradores	(396.799)	-111%	-7%	(426.119)	-113%	1%	(423.563)	-113%
Material	(17.331)	-100%	-32%	(25.323)	-101%	22%	(20.800)	-101%
Serviço de Terceiros	(129.711)	-104%	3%	(126.223)	-104%	63%	(77.567)	-102%
Depreciação e Amortização	(6.332)	-100%	84%	(3.442)	-100%	120%	(1.564)	-100%
Depreciação do Ativo de Direito de Uso	(12.751)	-100%	5%	(12.110)	-100%	0%	-	-100%
Custo de Construção	(151.851)	-104%	8%	(141.024)	-104%	-33%	(208.993)	-106%
Amortização do Intangível da Concessão	(100.810)	-103%	5%	(95.709)	-103%	3%	(92.953)	-103%
Outros	(11.261)	-100%	-52%	(23.671)	-101%	-44%	(42.058)	-101%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	(60.143)	-102%	-53%	(128.149)	-104%	-23%	(167.331)	-105%
Despesas Operacionais	(581.797)	-117%	35%	(429.651)	-113%	41%	(304.811)	-109%
Despesas com Vendas	(167.204)	-105%	19%	(140.331)	-104%	23%	(114.511)	-103%
Despesas Gerais e Administrativas	(149.634)	-104%	5%	(143.040)	-104%	20%	(119.259)	-104%
Outras Despesas Operacionais	(264.960)	-108%	81%	(146.280)	-104%	106%	(71.041)	-102%
Outras Receitas	63.840	-98%	21%	52.594	-98%	2%	51.644	-98%
Outras Despesas	(105.978)	-103%	102%	(52.345)	-102%	42%	(36.827)	-101%
RESULTADO DO SERVIÇO	(684.078)	-119%	23%	(557.551)	-116%	22%	(457.325)	-114%
Receita/Despesa Financeira	(951.968)	-127%	84%	(518.478)	-115%	-11%	(583.254)	-117%

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D registrou prejuízo de R\$ 1.622,9 bilhão no encerramento do exercício de 2020, representando um aumento de 50% ante o prejuízo de R\$ 1.082,5 bilhão no exercício anterior. As principais variações ocorridas no resultado comparativo são descritas na sequência:

Receita Operacional

A receita operacional bruta é o valor faturado pela empresa em suas operações. A Companhia registrou no exercício de 2020 uma redução de 2% em sua receita bruta, apresentando um montante de R\$ 5.824,7 bilhões ante um total de R\$ 5.952,9 bilhões em 2019. Esta redução se deve, principalmente, à queda no consumo de energia devido às ações para combater a disseminação da COVID-19, em especial, às ações que restringiram a circulação de pessoas, a abertura dos comércios e a paralização da atividade industrial.

No Fornecimento de Energia, a variação negativa de 9,59% na rubrica decorre da aplicação do reajuste tarifário negativo, vigente no período de novembro de 2019 a novembro de 2020 e da retração de consumo, principalmente nas classes industrial e comercial.

Na energia Elétrica de Curto Prazo – houve redução de 46,53% devido ao menor volume de sobras de energia com o valor do Preço de Liquidações e Diferenças – PLD também apresentando valores menores aos praticados no exercício anterior.

Em outro sentido, as outras Receitas Operacionais apresentaram variação positiva de 56,21%, R\$ 227 milhões em 2019 e R\$ 354,7 milhões em 2020, sendo resultado de repasse do subsídio tarifário de CDE e do subsídio tarifário baixa renda.

As Deduções da Receita Operacional são os valores descontados diretamente do faturamento, tais como os impostos sobre vendas e os encargos intrassetoriais. As deduções da receita operacional foram reduzidas em 9,92%, representando R\$ 2.564,7 bilhões em 2019 e R\$ 2.310,2 bilhões em 2020. Esta variação decorre da redução dos tributos incidentes sobre o faturamento e nos encargos vinculados à conta CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), que em 2019 tinha o saldo de R\$ 524,2 milhões e em 2020 o saldo foi de R\$ 422 milhões. A cota CDE é definida pela ANEEL ao final de cada exercício para aplicação no exercício seguinte, sendo um fundo setorial que tem como objetivo custear diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro, como por exemplo: universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional; descontos tarifários referentes aos consumidores de baixa renda, produtores rurais; Irrigantes; geração e consumo de energia de fonte incentivadas; dentre outros.

A receita operacional líquida representa a diferença entre a receita bruta e as deduções. A receita líquida em 2020 foi de R\$ 3.514,4 bilhões ante ao valor de R\$ 3.388,2 bilhões em 2019, refletindo uma queda de 4% devido aos fatores já explicados acima.

Custo com Energia Elétrica

O Custo com Energia Elétrica apresentou elevação de 3%, com o saldo de R\$ 2.747,7 bilhões em 2020 ante ao saldo de R\$ 2.662,7 bilhões em 2019. Este aumento ocorreu, principalmente, devido ao reajuste dos encargos com o sistema de transmissão. A partir de 1º de julho de 2020, por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.725, de 14 de julho de 2020, foram autorizadas as novas RAPs (Receita Anual Permitidas) para as transmissoras de energia que, além do impacto ordinário de 4% em média para os consumidores das distribuidoras, foi autorizado nesta mesma Resolução o repasse dos valores represados

referente à incorporação do parâmetro “ke” (capital próprio) sobre a remuneração na RBSE (base blindada) relativos ao período de 1º de janeiro de 2013 a 30 de junho de 2017, conformeregulamentação da Portaria do MME nº 120, de 2016. Estes valores estavam suspensos em função de liminares judiciais, entretanto, as mesmas foram cassadas e as parcelas foram incorporadas às receitas das transmissoras a partir do ciclo 2020-2021.

Custo de Operação

Em relação aos Custos de Operação, verifica-se redução de 3% quando comparados ao exercício de 2019, representados por R\$ 826,8 milhões em 2020 e R\$ 853,6 milhões em 2019.

Merecem destaque nesta variação a conta de pessoal, que reduziu 7% na comparação entre os exercícios, com o saldo de R\$ 396,7 milhões em 2020 e de R\$ 426,1 milhões em 2019. As rubricas com maior redução foram as de benefícios pós emprego, participação nos lucros, horas extras e vale transporte, mas não se limitando a estas.

As despesas de materiais também apresentaram redução em 32%, com o saldo de R\$ 17,3 milhões em 2020 e de R\$ 25,3 milhões em 2019, sendo provocado, principalmente, pelo maior nível de transferência de valores para o intangível e financeiro da concessão em 2020, através das ordens de investimento, do que no exercício anterior.

Despesas Operacionais

As Despesas Operacionais apresentaram acréscimo de 35% em 2020 quando comparado ao exercício de 2019, tendo o saldo de R\$ 581,8 milhões em 2020 e de R\$ 429,6 milhões no exercício anterior.

Neste contexto das despesas operacionais, merecem destaque as despesas com vendas que aumentaram 19%, representadas pelo saldo de R\$ 167,2 milhões em 2020 ante ao saldo de R\$ 140,3 milhões em 2019. Tal variação é reflexo do aumento nos níveis de inadimplência do contas a receber vencido a mais de 90 (noventa) dias por conta dos reflexos da pandemia provocada pela infecção do vírus COVID-19. Os principais níveis de aumento da inadimplência foram verificados nas classes residencial, industrial e comercial, nas rubricas de fornecimento de energia e parcelamentos.

As outras despesas operacionais também apresentaram elevação de 81%, com o saldo de R\$ 264,9 milhões em 2020 e de R\$ 146,3 milhões no exercício anterior. O principal reflexo foi o registro de R\$ 94 milhões referente ao auto de infração que discutia, principalmente, a tributação do ICMS sobre a subvenção CDE (Conta de Desenvolvimento Energético). O referido valor do auto de infração foi adicionado ao programa de parcelamentos (Programa “REFAZ Energia Elétrica”) instituído pelo Decreto nº 55.577/2020 do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Resultado Financeiro

No resultado financeiro líquido, o saldo negativo de 2020 aumentou 84% quando comparado ao saldo negativo de 2019. Em 2020 o saldo é de R\$ 951,9 milhões negativos e no exercício anterior o saldo negativo era de R\$ 518,5 milhões.

Destaca-se como fator impactante nesta oscilação os reflexos da variação cambial, que apresentava o saldo de R\$ 370,5 milhões em 2020 e de R\$ 48,8 milhões em 2019, refletindo em um acréscimo de R\$ 321,7 milhões em 2020, ou de 659%. A desvalorização da moeda brasileira frente à moeda norte-americana chegaram aos patamares de 29,1% em 2020, passando de uma cotação de R\$ 4,02 em dezembro de 2019 para R\$ 5,19 em dezembro de 2020. No exercício anterior, a desvalorização foi de 3,87%, representada pela cotação de R\$ 3,87 em dezembro de 2018 e por R\$ 4,02 em dezembro de 2019. Esta elevação no câmbio causa reflexo direto na despesa de variação cambial sobre os saldos da dívida com empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

Também cabe destacar os juros e multas apropriados sobre a inadimplência do tributo estadual ICMS e dos tributos federais PIS e COFINS, os quais totalizaram em 2020 o valor de R\$ 496,4 milhões ante ao valor

de R\$ 389,9 milhões apropriados no exercício anterior.

p. As principais variações na receita, nos custos, despesas e resultado financeiro entre os exercícios de 2019 e 2018 estão apresentadas abaixo:

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D registrou prejuízo de R\$1.082 bilhão no encerramento do exercício de 2019, representando um aumento de 9% ante o prejuízo de R\$989.344 milhões no mesmo período de 2018.

Receita Operacional

A receita operacional bruta é o valor faturado pela empresa em suas operações. A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D registrou no exercício de 2019 um aumento de 1%, apresentando um montante de R\$ 5.952,859 milhões ante um total de R\$ 5.899,209 milhões em 2018.

As principais rubricas que impactaram neste resultado estão descritas a seguir.

No Fornecimento de Energia Elétrica a variação foi irrelevante na comparação entre os exercícios 2018 e 2019. Ocorreu um incremento de 7,35% por conta do reajuste tarifário para o ciclo 2018/2019, entretanto, houve a redução no consumo em 2019 devido ao desaquecimento da economia.

Na rubrica de Disponibilização do Sistema de Distribuição ocorreu a variação positiva de 15,27% devido ao reajuste tarifário do ciclo 2018/2019 e pelo incremento no ambiente de mercado livre em 5,11%, impulsionado pelos consumidores da classe comercial.

Sobre a Energia Elétrica de Curto Prazo, houve incremento de 71,86% em comparação ao exercício de 2018, isso em consequência do maior volume de sobras de energia liquidadas no mercado de curto prazo e diferenças de PLD entre os submercados (o preço do submercado sul, entre janeiro a setembro de 2019, foi superior aos preços dos submercados norte e nordeste no mesmo período).

Em sentido contrário, houve a redução da Receita de Construção 76,25%, representada pelo saldo de R\$ 141 milhões em 2019 e R\$ 209 milhões em 2018. Esta redução é resultante dos níveis mais baixos de investimentos ao longo de 2019.

As Deduções da Receita Operacional são os valores descontados diretamente do faturamento, tais como os impostos sobre vendas e os encargos intrasetoriais. As deduções da receita operacional aumentaram em 0,03%, passando de R\$ 2.565,3 milhões em 2018 para R\$ 2.564,7 milhões em 2019. Esta variação decorre do aumento dos impostos diretos incidentes sobre a Receita, ICMS, PIS e COFINS na proporção do aumento de faturamento, porém, houve redução da quota CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), que em 2019 apresentava o saldo de R\$ 524,2 milhões ante ao valor de R\$ 613,8 milhões em 2018.

A receita operacional líquida representa a diferença entre a receita bruta e as deduções. A receita líquida em 2019 foi de R\$ 3.388,2 milhões ante ao valor de R\$3.333,8 milhões em 2018 refletindo um acréscimo de 2%.

Custo com Energia Elétrica

No Custo com Energia Elétrica, a conta de compra de energia apresentou aumento de 4% em relação ao ano anterior, passando de R\$ 2.189,0 milhões em 2018 para R\$ 2.270,7 milhões em 2019. Os principais fatores que ocasionaram este incremento foi o aumento na energia comprada de fonte hídrica em 7,29%, comparados ao exercício anterior. Este fato é explicado pelo acréscimo no preço da energia hídrica de cotas, em decorrência do reajuste das geradoras e pela despesa com energia de Itaipu, a qual está exposta à variação cambial.

Custo de Operação

Em relação aos Custos de Operação, verifica-se redução de 2% quando comparados ao exercício de 2018, representados por R\$ 867,5 milhões em 2018 e R\$ 853,8 milhões em 2019.

Merecem destaque nesta variação a conta de serviços de terceiros que aumento cerca de 63%, com saldo de R\$ 77,6 milhões em 2018 e R\$ 126,2 milhões em 2019. Este aumento é devido pelo aumento nos

serviços de leitura e medição (R\$ 1 milhão); poda e desmatamento (R\$ 4 milhões); manutenção de software (R\$ 5 milhões); serviços de *call center* (R\$ 4,9 milhões); e pela reclassificação de custos apropriados nas ordens de investimentos, que, no momento da unitização, foram realocados para as contas de custeio, uma vez que não puderam ser mantidos no investimento segundo as diretrizes do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

Destaca-se também a redução do custo de construção em 2019 em R\$ 67,9 milhões, quando em 2018 apresentou o saldo de R\$ 141,1 milhões ante ao saldo de R\$ 208,9 milhões em 2018. A variação negativa de 33% foi ocasionada pelo menor nível de investimentos em 2019, uma vez que foram concluídos os últimos projetos que tinham recursos dos programas de financiamentos mantidos com as instituições financeiras BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento).

Nas contas de depreciação e amortização ocorreu o aumento de despesa na ordem de R\$ 16,7 milhões. Em 2019 o saldo é de R\$ 111,3 milhões ante ao valor de R\$ 94,5 milhões do exercício anterior. Esta elevação de 18% se deve ao reconhecimento inicial da norma contábil IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos que registrou em 2019 a despesa de depreciação do ativo de direito de uso no montante de R\$ 12,1 milhões.

Despesas Operacionais

As Despesas Operacionais apresentaram acréscimo de 40,90% em relação ao exercício de 2018, quando naquele exercício apresentava o saldo de R\$ 304,8 milhões e em 2019 fechou com o saldo de R\$ 429,5 milhões. Esta variação é justificada essencialmente pelo incremento de 281,26% na Provisão para Litígios Trabalhistas, impactada pelo reconhecimento do complemento da ação movida pelo Sindicato SENERGISUL, que reclama verbas atrasadas originadas do Plano de Cargos e Salários – PCS, e também pelo acréscimo do número de processos trabalhistas em relação a 2018.

Também contribuiu para a elevação das despesas operacionais o aumento da conta de Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa em R\$ 23,3 milhões em decorrência, principalmente, à reversão de perda no exercício de 2018, em cerca de R\$ 16 milhões, relacionada às renegociações de dívidas de iluminação pública com duas prefeituras.

Resultado Financeiro

No resultado financeiro líquido, o saldo negativo de 2018 no montante de R\$ 583,2 milhões foi reduzido em 11%, passando para o saldo negativo de R\$ 518,5 em 2019. Destaca-se como fator impactante nesta variação os menores níveis de perdas cambiais em 2019, quando as despesas de variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e sobre a compra de energia Itaipu fecharam com R\$ 53,9 milhões ante ao valor de R\$ 258,1 milhões em 2018, significando uma redução de 79,2% na comparação entre os dois exercícios.

Por outro lado, há de se destacar os juros e multas apropriados sobre a inadimplência do tributo estadual ICMS e dos tributos federais PIS e COFINS, os quais totalizaram em 2019 o valor de R\$ 379,2 milhões ante ao valor de R\$ 304,4 milhões apropriados no exercício anterior.

q. LAJIDA/EBITDA

Demonstrativo do Cálculo do EBITDA	2021	2020	2019	Variação % 2021/2020	Variação % 2020/2019
Receita Operacional Líquida	4.888.062	3.514.445	3.388.151		3,73%
(-) Custo do Serviço de Energia Elétrica	(3.961.917)	(3.574.588)	(3.516.298)		1,66%
(-) Despesas Operacionais	(732.193)	(623.935)	(429.403)		45,30%
Resultado do Serviço - EBIT	348.719	(684.078)	(557.550)		22,69%
(+) Depreciação e Amortização	154.767	146.459	137.283		6,68%
EBITDA	193.952	(537.619)	(420.267)		27,92%
Margem EBITDA	3,97%	-15,30%	-12,40%		23,39%

O LAJIDA, usualmente denominado pelo mercado como EBITDA representa o quanto a empresa gera de recursos considerando apenas as suas atividades operacionais, isto é, o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

O EBITDA foi apurado pela Companhia observando as disposições da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

Analisando os efeitos ocorridos no resultado da CEEE-D comentados anteriormente, verifica-se que o EBITDA apresentou variação negativa de 27,92%, passando do valor negativo de R\$ 420,3 milhões em 2019 para o valor negativo de R\$ 537,6 milhões em 2020.

Em 2019, o EBITDA teve um aumento negativo de 18,83, passando de um valor negativo de R\$ 353,6 milhões em 2018 para o valor negativo de R\$ 420,2 milhões em 2019.

A margem do EBITDA variou de forma negativa em 2,89% se comparado o exercício de 2020 com o exercício de 2019.

Já para o exercício de 2019, em comparação a 2018, a margem EBITDA variou negativamente em 1,8%.

Todas as demais informações estão apresentadas em notas explicativas das Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2020, 31/12/2019 e 31/12/2018.

Informações e Indicadores Econômicos - Financeiros	2020	2019	2018	Variação %	Variação %
				2018/2017	2017/2016
Informações Financeiras					
Ativo Total	4.014.864	4.200.389	4.148.987	-4,42%	1,24%
Passivo	9.757.758	7.890.670	6.501.428	23,66%	21,37%
Patrimônio Líquido	(5.742.894)	(3.690.282)	(2.352.441)	55,62%	56,87%
Receita Operacional Líquida	3.514.445	3.388.151	3.333.828	3,73%	1,63%
Resultado do Serviço (EBIT)	(684.078)	(557.551)	(457.325)	22,69%	21,92%
Prejuízo do Exercício	(1.622.898)	(1.082.512)	(989.344)	49,92%	9,42%
EBITDA (1)	(537.619)	(420.267)	(353.660)	27,92%	18,83%
PMS (2)	(530.135)	(564.508)	(494.242)	-6,09%	14,22%
Indicadores Financeiros					
Dívida Total (3)	944.110	784.422	802.726	20,36%	-2,28%
ROCE (4) (%)	120,25%	116,26%	117,53%	3,43%	-1,08%
Dívida Bruta/EBITDA	(1,76)	(1,87)	(2,27)	-5,91%	-17,77%
Participação Capital de Terceiros sobre Ativo Total (5) (%)	243,04%	187,86%	156,70%	29,38%	19,88%
Margem Operacional (6) (%)	-46,55%	-31,95%	-31,21%	45,70%	2,36%
Margem Líquida (7) (%)	-46,18%	-31,95%	-29,68%	44,53%	7,66%
Dívida Líquida (8)	889.261	709.394	665.320	25,36%	6,62%
PMS / ROL (%)	-15,08%	-16,66%	-14,83%	-9,46%	-1,84%
Cotação Unitária da Ação - ON (R\$ por lote mil)	(167,64)	(111,82)	(102,20)	-	-
Cotação Unitária da Ação - PNA (R\$ por lote mil)	(167,64)	(111,82)	(102,20)	-	-

(1) EBITDA = Resultado do Serviço menos depreciação e amortização.

(2) PMS = Pessoal Material e Serviços (excluídos efeitos CPC 33(R1))

(3) Dívida Total = Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

(4) ROCE - Retorno sobre o Capital Empregado = Receita Operacional Líquida/Ativo Não Circulante)x100

(5) Participação Capital de Terceiros sobre Ativo Total = Passivo Circulante +Passivo Não Circulante/Ativo Total x 100

(6) Margem Operacional = Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social/Receita Operacional Líquida x 100

(7) Margem Líquida = Lucro(Prejuízo) do Exercício/Receita Operacional Líquida

(8) Dívida Líquida =Emprestimos e Financiamentos - Disponibilidades

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor

O ano de 2021 apresentou um incremento de 1,3% no quantitativo de unidades consumidoras em relação a 2020, equivalente a 22.256 novos clientes, sendo 12.782 da classe residencial.

A despeito desse aumento do número de consumidores, a distribuição de energia elétrica da CEEE-D finalizou 2021 com variação de -0,8% em relação a 2020, finalizando o ano com a distribuição de 7.859 GWh contra 7.799 GWh verificado no período anterior.

O mercado cativo da distribuidora reduziu-se em 2,6% em relação ao mercado verificado em 2020, encerrando 2021 com a distribuição de 6.110 GWh ao seu mercado cativo, contra 6.276 GWh realizada em 2020.

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

O mercado cativo da distribuidora reduziu-se em 3,8% em relação ao mercado verificado em 2019, encerrando 2020 com a distribuição de 6.325 GWh ao seu mercado cativo, contra 6.573 GWh realizada em 2019.

O consumo residencial em 2020 apresentou redução no faturamento de 3% em relação a 2019. A participação dessa classe no consumo cativo é aproximadamente 50%.

A classe industrial permanece apresentando retração no consumo cativo da companhia. Com participação de 5% em 2020, seu consumo foi reduzido em cerca de 27% em relação a 2019. Tal queda é explicada pela redução da demanda em função das ações para contenção da pandemia provocada pela infecção COVID-19.

O consumo comercial cativo, que representa 25% do mercado cativo total, reduziu 17% comparativamente a 2019. Esta redução está ligada também à redução do consumo em função da pandemia.

A classe rural, que representa 5% do consumo cativo, apresentou redução de 4% no consumo anual.

As demais classes, que juntas representam 8% do consumo cativo da companhia, apresentaram retração de -14%.

As receitas operacionais estão assim registradas nos exercícios findos em 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2019 e 31/12/2018.

Em milhares de R\$

Receitas	2020	%	2019	%	2018
Fornecimento de Energia	4.830.030	-3%	4.983.946	13%	4.422.880
Disponibilização do Sistema de Distribuição	289.321	17%	247.796	15%	214.966
Outras Receitas Operacionais	705.343	-2%	721.117	18%	611.008
Deduções da Receita Operacional	(2.310.249)	-10%	(2.564.708)	21%	(2.123.281)
Receita Operacional Líquida	3.514.445	3,73%	3.388.151	8,40%	3.125.572

A receita de fornecimento, considerando apenas as vendas de energia ao mercado cativo, foi de R\$ 4.830 milhões em 2020 e de R\$4.983,9 milhões no exercício anterior. O quadro abaixo detalha a receita do Fornecimento por classe de consumo.

Em milhares de R\$

Receita Fornecimento de Energia Elétrica			
	2020	2019	2018
Residencial	2.418.634	2.498.997	2.341.225
Industrial	235.648	323.840	367.198
Comercial	1.216.795	1.474.265	1.453.926
Rural	264.477	255.323	265.180
Outras Classes	414.580	480.590	455.900
Fornecimento Não Faturado e Itens de CVA	279.895	-49.069	-460.549
Total	4.830.030	4.983.946	4.422.880

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

	2020	2019	2018	Varição % 2020/2019	Varição % 2019/2018
Receita Operacional Bruta	5.824.694	5.952.859	5.899.209	-2,15%	0,91
Deduções da Receita Operacional	(2.310.249)	(2.564.708)	(2.565.381)	-9,92%	-0,03
Receita Operacional Líquida	3.514.445	3.388.151	3.333.828	3,73%	1,63
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(3.574.588)	(3.516.298)	(3.501.159)	1,66%	0,43
Custo com Energia Elétrica	(2.747.742)	(2.662.678)	(2.633.661)	3,19%	1,10
Custo de Operação	(826.846)	(853.621)	(867.498)	-3,14%	-1,60
Lucro Operacional Bruto	(60.143)	(128.149)	(167.331)	-53,07%	-23,42
Despesas Operacionais	(581.797)	(429.651)	(304.811)	35,41%	40,96
Pessoal	(356.086)	(381.343)	(372.967)	-6,62%	2,25
Material	(17.641)	(27.207)	(21.038)	-35,16%	29,32
Serviços	(156.408)	(155.958)	(100.237)	0,29%	55,59
Outros	(878.508)	(718.765)	(678.067)	22,22%	6,00
Outras Receitas	63.840	52.594	51.644	21,38%	1,84
Outras Despesas	(105.978)	(52.345)	(36.827)	102,46%	42,14
Resultado do Serviço	(684.079)	(557.552)	(457.326)	22,69%	21,92
Depreciação e Amortização	(146.459)	(137.283)	(103.667)	6,68%	32,43
EBITDA	(537.619)	(420.267)	(353.660)	27,92%	18,83
Margem EBITDA	-15,30%	-12,40%	-10,61%	23,33%	16,93
Receita/Despesa Financeira	(951.968)	(518.478)	(583.254)	83,61%	-11,11
Imposto de Renda e Contribuição Social	13.148	(6.483)	51.236	-302,81%	-112,65
Resultado Líquido do Exercício	(1.622.898)	(1.082.512)	(989.344)	49,92%	9,42

Resultado Operacional

A Diretoria acredita que os resultados operacionais da Companhia foram afetados de maneira significativa pelos seguintes fatores:

Na receita operacional bruta a Companhia registrou no exercício de 2020 uma redução de 2% em sua receita bruta, apresentando um montante de R\$ 5.824,7 bilhões ante um total de R\$ 5.952,9 bilhões em 2019. Esta redução se deve, principalmente, à queda no consumo de energia devido às ações para combater a disseminação da COVID-19, em especial, às ações que restringiram a circulação de pessoas, a abertura dos comércios e a paralização da atividade industrial.

As Deduções da Receita Operacional foram reduzidas em 9,92%, representando R\$ 2.564,7 bilhões em 2019 e R\$ 2.310,2 bilhões em 2020. Esta variação decorre da redução dos tributos incidentes sobre o faturamento e nos encargos vinculados à conta CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), que em 2019 tinha o saldo de R\$ 524,2 milhões e em 2020 o saldo foi de R\$ 422 milhões.

A receita líquida em 2020 foi de R\$ 3.514,4 bilhões ante ao valor de R\$ 3.388,2 bilhões em 2019, refletindo uma queda de 4% devido aos fatores já explicados acima.

O Custo com Energia Elétrica apresentou elevação de 3%, com o saldo de R\$ 2.747,7 bilhões em 2020 ante ao saldo de R\$ 2.662,7 bilhões em 2019. Este aumento ocorreu, principalmente, devido ao reajustes dos encargos com o sistema de transmissão por conta do reajustes das RAPs (Receita Anual Permitida) a partir de 1º de julho de 2020, por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.725, de 14 de julho de 2020.

Em relação aos Custos de Operação, verifica-se redução de 3% quando comparados ao exercício de 2019, representados por R\$ 826,8 milhões em 2020 e R\$ 853,6 milhões em 2019, merecendo destaque nesta variação a conta de pessoal, que reduziu 7% na comparação entre os exercícios, com o saldo de R\$ 396,7 milhões em 2020 e de R\$ 426,1 milhões em 2019.

As despesas de materiais também apresentaram redução em 32%, com o saldo de R\$ 17,3 milhões em 2020 e de R\$ 25,3 milhões em 2019, sendo provocado, principalmente, pelo maior nível de transferência de valores para o intangível e financeiro da concessão em 2020, através das ordens de investimento, do que no exercício anterior.

As Despesas Operacionais apresentaram acréscimo de 35% em 2020 quando comparado ao exercício de 2019, tendo o saldo de R\$ 581,8 milhões em 2020 e de R\$ 429,6 milhões no exercício anterior, merecendo destaque as despesas com vendas que aumentaram 19%, representadas pelo saldo de R\$ 167,2 milhões em 2020 ante ao saldo de R\$ 140,3 milhões em 2019. Tal variação é reflexo do aumento nos níveis de inadimplência do contas a receber vencido a mais de 90 (noventa) dias por conta dos reflexos da pandemia provocada pela infecção do vírus COVID-19. Os principais níveis de aumento da inadimplência foram verificados nas classes residencial, industrial e comercial, nas rubricas de fornecimento de energia e parcelamentos.

As outras despesas operacionais também apresentaram elevação de 81%, com o saldo de R\$ 264,9 milhões em 2020 e de R\$ 146,3 milhões no exercício anterior. O principal reflexo foi o registro de R\$ 94 milhões referente ao auto de infração que discutia, principalmente, a tributação do ICMS sobre a subvenção CDE (Conta de Desenvolvimento Energético). O referido valor do auto de infração foi adicionado ao programa de parcelamentos ([Programa “REFAZ Energia Elétrica”](#)) instituído pelo [Decreto nº 55.577/2020 do Governo do Estado do Rio Grande do Sul](#).

No resultado financeiro líquido, o saldo negativo de 2020 aumentou 84% quando comparado ao saldo negativo de 2019. Em 2020 o saldo é de R\$ 951,9 milhões negativos e no exercício anterior o saldo negativo era de R\$ 518,5 milhões. Destaca-se como fator impactante nesta oscilação os reflexos da variação cambial, que apresentava o saldo de R\$ 370,5 milhões em 2020 e de R\$ 48,8 milhões em 2019, refletindo em um acréscimo de R\$ 311,3 milhões em 2020, ou de 526%. A desvalorização da moeda brasileira frente à moeda norte-americana chegaram aos patamares de 29,1% em 2020, passando de uma cotação de R\$ 4,02 em dezembro de 2019 para R\$ 5,19 em dezembro de 2020. No exercício anterior, a desvalorização foi de 3,87%, representada pela cotação de R\$ 3,87 em dezembro de 2018 e por R\$ 4,02 em dezembro de 2019. Esta elevação no câmbio causa reflexo direto na despesa de variaçãocambial sobre os saldos da dívida com empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

Também cabe destacar os juros e multas apropriados sobre a inadimplência do tributo estadual ICMS e dos tributos federais PIS e COFINS, os quais totalizaram em 2020 o valor de R\$ 496,4 milhões ante ao valor de R\$ 389,9 milhões apropriados no exercício anterior.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não se aplica a Companhia.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Em 2021, o dólar sobre variação de 7,46%. Desta forma, o reflexo da variação cambial ao longo do exercício de 2020 foi relevantemente impactante no resultado da Companhia do que no exercício anterior, conformedemonstra o quadro seguinte:

Descrição	2021	2020	2019
Receita Financeira	679.271	405.738	258.465
Despesas Financeiras	- 1.143.091	- 1.146.993	- 307.248
Resultado	- 463.820	- 741.255	- 48.783

No exercício de 2021 foi reconhecido como despesa financeira de variação monetária e cambial sobre empréstimos e financiamentos o montante de R\$ 1.143.091. No exercício de 2020 foi o montante de R\$ 1.146 milhões, redução de 0,3%.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

r. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve.

s. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve.

t. eventos ou operações não usuais

A Companhia não passou por eventos ou realizou operações não usuais que possam impactar suas demonstrações financeiras ou resultados.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4. Os diretores devem comentar:

No âmbito das principais normas divulgadas pelo *International Accounting Standard* – IASB e normatizadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, não existiram novas normas com vigência a partir de 01 de janeiro de 2021:

u.a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não ocorreram mudanças nas práticas contábeis no âmbito das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

v. Novas normas e interpretações ainda sem impacto

Não houve novas normas, instruções ou pronunciamentos ainda sem impactos que ensejasse divulgação ou aplicação de forma antecipada na esfera das demonstrações financeiras aqui apresentadas.

w.c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do

auditor

x. Exercício de 2021

O Relatório dos Auditores Independentes emitido sobre as Demonstrações Financeiras da CEEE-D para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não inclui ressalvas quanto às práticas adotadas, porém, coloca somente parágrafo de incerteza relevante conforme descrito abaixo:

y. Reconhecimento da receita de energia distribuída mas não faturada

As receitas da Companhia são oriundas, principalmente, do fornecimento de energia elétrica, sendo reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 267.435 mil em 31 de dezembro de 2021 e está divulgado na nota explicativa no 9 às demonstrações contábeis.

O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Administração acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja contabilizada na competência correta.

z. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

aa. Demonstrações financeiras dos valores correspondentes examinada por outro auditor

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da correção dos erros descritos na nota explicativa no 6, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 29 de março de 2021. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2021, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa no 6 que

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis de 2020. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações contábeis de 2020 tomadas em conjunto.

bb.

cc. Exercício de 2020

O Relatório dos Auditores Independentes emitido sobre as Demonstrações Financeiras da CEEE-D para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não inclui ressalvas quanto às práticas adotadas, porém, coloca somente parágrafo de incerteza relevante conforme descrito abaixo:

dd. Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa no 1.3 – Continuidade Operacional e Desestatização, que indica que a Companhia tem apurado sucessivos prejuízos e, em 31 de dezembro de 2020, apresenta passivo a descoberto e excesso de passivos sobre os ativos circulantes no montante de R\$ 5.742.894 mil e R\$ 1.069.651 mil, respectivamente. Essa situação, entre outras descritas na Nota Explicativa 1.3, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. O plano da administração para tratar essas condições está divulgado na Nota Explicativa 1.3. A Companhia divulga também, que em 04 de julho de 2019 foi aprovado, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o Projeto de Lei nº 263/2019, que autorizou o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul a promover medidas de desestatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR, da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D. O 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão firmado pelo Estado do Rio Grande do Sul junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL trouxe como condicionante para a renovação, dentre outros, o indicador de sustentabilidade econômico-financeiro e, havendo dificuldade por parte da Companhia em honrar estes condicionantes e impossibilidade por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul em aportar recursos, pode ser utilizado o instituto disposto na cláusula décima segunda, subcláusula oitava do 4º Termo Aditivo em questão, o qual dispõe sobre a possibilidade de apresentação de um Plano de Transferência de Controle Societário, sendo um condicionante que contribui para a implantação da proposta de desestatização. O leilão para desestatização da CEEE D, está agendado para dia 31 de março de 2021. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

ee. Provisão para déficit atuarial em plano de previdência

Conforme mencionado na Nota Explicativa no 20 – Provisão para Benefícios a Empregados, a Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado provisão para benefícios a empregados no passivo circulante e não circulante, nos montantes de R\$ 175.670 mil e R\$ 1.375.719 mil, tendo a obrigação de benefício definido sido estimada pela administração com o auxílio de atuário independente.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação às demonstrações financeiras e aos potenciais riscos ao resultado do exercício, e por envolver estimativas baseadas em premissas complexas e subjetivas por parte da administração, tais como tábuas biométricas, projeções de aumento salarial e taxas de desconto. Variações nessas premissas podem trazer impactos relevantes no que diz respeito ao montante da provisão para déficit atuarial.

ff. Ativo financeiro de concessão

Conforme mencionado na Nota Explicativa no 12.2 – Ativo Financeiro de Concessão, a Companhia possuía registrado ativo financeiro de concessão no montante de R\$ 253.046 mil em 31 de dezembro de 2020, que compreende valores a receber do Poder Concedente a título de indenização decorrente dos investimentos efetuados em infraestrutura que não serão completamente amortizados ao final do prazo da concessão. Esses recebíveis são mensurados com base no valor novo de reposição (VNR) em conexão com os

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

processos de Revisão Tarifária Periódica, homologada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Anualmente, esses ativos são atualizados monetariamente e ajustados pela movimentação dos bens que integram a infraestrutura da concessão.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos valores envolvidos e pelo fato de que existe julgamento significativo por parte da administração quanto à definição de quais gastos são passíveis de capitalização como custo da infraestrutura, o que reflete diretamente na mensuração do ativo financeiro indenizável.

gg. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se esta demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

hh. Demonstrações financeiras dos valores correspondentes examinada por outro auditor

O exame das demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes de erros identificados na contabilização dos depósitos judiciais, descritos na Nota Explicativa no 4.29, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria, sem ressalvas, em 30 de março de 2020. Em 13 de agosto, um novo auditor independente emitiu relatório de revisão sobre as demonstrações intermediárias do semestre findo em 30 de junho de 2020, onde revisou os ajustes mencionados na Nota Explicativa no 4.29 referente à reclassificação dos depósitos judiciais.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2020, examinamos também os ajustes, referente a reclassificação dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, descritos na Nota Explicativa no 4.29, que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, devido a erros identificados na classificação de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao início ou final do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as referidas demonstrações financeiras de 2019 tomadas em conjunto.

ii. Exercício de 2019

O Relatório dos Auditores Independentes emitido sobre as Demonstrações Financeiras da CEEE-D para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não inclui ressalvas quanto às práticas adotadas, porém, coloca somente parágrafo de incerteza relevante conforme descrito abaixo:

jj. Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1.3 às Demonstrações Financeiras, que descreve que a Companhia tem apurado sucessivos prejuízos e apresentou passivo a descoberto e excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício, nos montantes de R\$ 3.690.282 e R\$ 3.160.795 mil, respectivamente. Essa situação indica a existência de incerteza relevante a qual pode levantar dúvidas sobre sua continuidade operacional. Essa mesma NE trata também da desestatização da Companhia. Em 04 de julho de 2019, foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o Projeto de Lei nº 263/2019, que autorizou o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul a promover medidas de desestatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR, da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e da Companhia Estadual de Distribuição

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

de Energia Elétrica – CEEE-D.

No contexto de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, sobre o qual o Estado do Rio Grande do Sul busca reorganizar-se financeiramente, a alienação de ativos e participações ao lado de outras medidas, busca a ampliação de receitas e são condicionantes para o acordo com a União, nos termos do art.2º, § 1º, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

A proposta de desestatização, no caso da CEEE –D, também está vinculada ao risco da perda de Concessão, já que no 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão firmado pelo Estado do Rio Grande do Sul junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, trouxe como condicionante para a renovação, dentre outros, o indicador de sustentabilidade econômico-financeira. Havendo dificuldade por parte da Companhia em honrar estes condicionantes e impossibilidade por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul em aportar recursos, pode ser utilizado o instituto disposto na cláusula décima segunda, subcláusula oitava do 4º Termo Aditivo em questão, o qual dispõe sobre a possibilidade de apresentação de um Plano de Transferência de Controle Societário. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

c. Outros Assuntos - demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma Contábil e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

kk. Exercício de 2018

O Relatório dos Auditores Independentes emitido sobre as Demonstrações Financeiras da CEEE D para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não inclui ressalvas quanto às práticas adotadas, somente parágrafo de incerteza relevante conforme descrito abaixo:

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

d. Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1.4 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia tem apurado sucessivos prejuízos e apresentou passivo a descoberto e excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício, nos montantes de R\$ 2.352.441 mil e R\$ 1.872.025 mil, respectivamente. Essa situação, entre outras descritas na Nota 1.4, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. O plano da administração para tratar essas condições está divulgado na Nota 1.3. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

e. Outros Assuntos - demonstração do valor adicionado

A Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executado sem conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas, na data base das demonstrações financeiras, para os quais não são facilmente obtidos através de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos é inerentemente incerta, por decorrer do uso de julgamento.

A seguir, são apresentadas as principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia, a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

Ativo e Passivo financeiro setorial

A partir da adoção das normas IFRS, as variações entre os valores recebidos nas tarifas e os valores efetivamente desembolsados pela Companhia (anteriormente denominados ativos e passivos regulatórios) deixaram de ser diferidos e passaram a ser contabilizados no resultado o que, na opinião dos Diretores, gera volatilidade nos resultados da Companhia. A partir de 31 de dezembro de 2014 a Companhia passou a registrar os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações contábeis societárias com base na OCPC 08, que tornou obrigatório o reconhecimento prospectivo de determinados ativos ou passivos financeiros setoriais pelas distribuidoras de energia elétrica. Com o advento do aditivo dos contratos de concessão (no caso da Companhia, foi assinado o Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão em 10 de dezembro de 2014) o CPC entende não mais haver incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de "Parcela A" ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Os diretores da Companhia entendem que o reconhecimento destes ativos e passivos financeiros setoriais está adequado aos negócios da Companhia.

Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil regulatória dos bens, estabelecida pela ANEEL. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada de vida útil dos bens.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Vida útil do ativo intangível

O ativo intangível da concessão, que representa o direito de cobrar os consumidores pelos investimentos realizados na infraestrutura da concessão, são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao ativo que gerou o direito (vida útil regulatória dos ativos estabelecida pela ANEEL) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois, o menor.

As taxas de depreciação regulatória dos principais bens à serviço da concessão são as seguintes:

Taxas de depreciação dos itens mais relevantes do Ativo Não-Circulante	Taxa anual
Condutor (Tensão=>69kv)	2,70%
Condutor (Tensão<69kv)	3,57%
Edificação	3,33%
Equipamento Geral	6,25%
Estrutura (Poste)	3,57%
Estrutura (Torre)	2,70%
Medidor	7,69%
Transformador Distribuição	4,00%
Transformador de Força	2,86%
Veículos	14,29%

Os demais ativos intangíveis, basicamente softwares e direitos dessa natureza, são amortizados com base na vida útil regulatória estabelecida pela ANEEL para estes ativos. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada de vida útil dos intangíveis.

Transações e venda de energia elétrica na CCEE

A Companhia registra as compras e vendas efetuadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de acordo com as informações disponibilizadas pela própria entidade. Nos meses em que as informações não são disponibilizadas em tempo hábil a Companhia estima o valor utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Provisões Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Companhia registra provisão de perda estimada sobre seus saldos de contas a receber. Esta estimativa é construída a partir de análise histórica sobre a inadimplência dos últimos 24 meses, com o objetivo de avaliar possíveis alterações significativas no risco de crédito para todas as carteiras de ativos contratuais. Desta forma, a Administração considera que as perdas estão registradas por valor suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

Passivos contingentes

As provisões para passivos contingentes, quando aplicável, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Periodicamente a Companhia revisa as estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, considerando um estudo técnico de viabilidade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Ativo Financeiro da Concessão

O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período da concessão. Sobre esse ativo a Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia avalia o ativo financeiro da concessão pelo valor justo por meio do resultado (as variações ocorridas transitam no resultado), de acordo com o CPC 48 – instrumentos Financeiros, considerando o modelo de negócios da Companhia e as características do fluxo de caixa da indenização, pois este é suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e tem sua estimativa baseada no valor novo de reposição - VNR depreciado da Base de Remuneração Regulatória - BRR, que é revisada a cada 05 anos, dentro dos processos de Revisão Tarifária da Distribuidora. Nos períodos entre as Revisões Tarifárias, a Administração atualiza o ativo financeiro da concessão pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, de acordo com o definido na regulamentação para atualização da Base de Remuneração.

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo

A Administração da Companhia utiliza como referência os preços de fechamento apurados na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. A Administração da Companhia entende que os métodos utilizados são adequados para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

Receita de Fornecimento e uso da rede não faturada

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. Neste sentido, a Companhia aplica sobre os valores de fornecimento não faturado um percentual estimado de perdas, construído através de uma matriz de perdas, que demonstra o histórico de inadimplência das contas a receber nos últimos 24 meses, isso para adequar às exigências das normativas IFRS 15 / CPC 47. A estimativa da receita não faturada (os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês) é efetuada mensalmente com a finalidade de adequar o faturamento ao período de competência. A Administração entende que a forma como a Companhia reconhece sua receita está de acordo com as práticas contábeis e é adequada aos seus negócios.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando

- f. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**
 - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
 - iv. contratos de construção não terminada**
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

A Companhia não possui itens relevantes que não tenham sido evidenciados nas suas demonstrações financeiras.

g. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a.** como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b.** natureza e o propósito da operação
- c.** natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme relatado no item 10.6, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

A Companhia vem reforçando a infraestrutura para o fornecimento de energia elétrica na sua área de concessão, através da realização de um conjunto de obras de expansão e adequação no sistema elétrico de alta, média e baixa tensão, com vistas ao atendimento do crescimento do mercado consumidor, da melhoria contínua da qualidade, confiabilidade e segurança do sistema, garantindo o desenvolvimento sustentável do Estado do Rio Grande do Sul e favorecendo a qualidade de vida da população gaúcha.

Os investimentos realizados pela CEEE-D na Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Redes de Distribuição, com objetivo de ampliar a capacidade de atendimento da demanda e aumentar a confiabilidade e a qualidade no fornecimento de energia elétrica, ao longo de 2021 totalizaram cerca de R\$ 106 milhões.

O plano de investimentos de expansão e renovação das Instalações de transmissão da distribuidora tem seu foco no incremento e melhoria da capacidade do sistema em 69kV e 138kV visando garantir maior disponibilidade e segurança para o sistema elétrico, reduzindo o carregamento dos alimentadores e transformadores das subestações, aumentando assim a confiabilidade de atendimento aos consumidores, além da melhoria dos indicadores técnicos DEC e FEC.

ii. fontes de financiamento dos investimentos:

Além das obras em andamento, os quais se baseiam com recursos próprios, a Companhia conta com dois importantes financiamentos contratados com instituições de fomento internacionais que, juntos, totalizam US\$ 218 milhões. Com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), onde o contrato soma US\$ 130,56 milhões e, junto à Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no montante de US\$ 87,46 milhões, destinado a financiar a totalidade da contrapartida ao BID.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

Não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c. novos produtos e serviços, indicando:

Não houve investimentos em novos produtos e serviços.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

II.10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

**ANEXO II: PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL
(CONFORME SEÇÃO 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ICVM 480)**

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria NãoEstatutária

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A política de remuneração da Companhia tem por objetivo atrair e reter, motivar e desenvolver executivos com padrão de excelência requerido pela Companhia. As práticas de remuneração objetivam a criação de uma cultura direcionada ao atingimento de resultados, por meio do alcance esuperação de metas que sejam interessantes para os colaboradores, a Companhia e os acionistas.

b) composição da remuneração:

i. elementos da remuneração e os objetivos:

Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia recebem honorários fixos mensais pelo desempenho de suas funções, alinhados à média de mercado, objetivando atrair e reter conselheiros com conhecimento do segmento e de negócios para enriquecer as discussões estratégicas da Companhia, acompanhar e monitorar resultados, aconselhar na condução dos negócios e contribuir com sugestões de melhores práticas de mercado, garantindo as boas práticas de governança corporativa. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia não fazem jus à remuneração variável e/ou quaisquer benefícios.

Diretoria Estatutária

A remuneração da Diretoria Estatutária é composta por honorário fixo mensal, remuneração variável correspondente a participação nos resultados, e benefícios.

A remuneração fixa é alinhada à média de mercado e definida através de pesquisa de mercado, utilizando-se a metodologia de consultoria externa especializada que leva em consideração o contexto organizacional e as especificações dos cargos analisados de acordo com o padrão de mercado, e objetiva: **(i)** a motivação, com o objetivo primordial de geração de valor para a Companhia, e **(ii)** otimizar o investimento da Companhia em recursos humanos visando a atrair e a reter profissionais capacitados e considerados “chave” para a sustentabilidade de seus negócios, tendo práticas competitivas em relação às empresas do mercado em quem atua.

A remuneração variável, por sua vez, é determinada através do atingimento de metas e está atrelada ao valor meritocracia, praticado na Companhia, objetivando: **(i)** a preservação da meritocracia, de modo que a remuneração de cada executivo seja proporcional à sua contribuição para o resultado da Companhia; e **(ii)** vincular o desempenho dos Diretores ao desempenho operacional e financeiro da Companhia, aos seus planos de negócio e objetivos; **(iii)** alinhar a remuneração dos Diretores com os interesses dos acionistas da Companhia.

Os benefícios recebidos pelos Diretores são:

(a) plano de saúde e odontológico; (b) auxílio refeição; (c) previdência privada EQTPREV –Fundação de Previdência Complementar (“EQTPREV”); e (d) seguro de vida. Os benefícios são alinhados com práticas de mercado de forma a compor a remuneração total dos Diretores da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia ou qualquer de suas controladas, no conjunto de suas práticas remuneratórias e benefícios aos colaboradores, e sempre no interesse da Companhia, pode fornecer auxílios e suporte aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária no contexto da locação de imóveis para residência, podendo figurar como fiadora em contratos de locação.

Comitês

Os membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, em regra, não recebem e nem receberam qualquer remuneração desde sua criação pelo exercício de tais funções. Atualmente a Companhia não possui comitês de assessoramento estabelecidos.

Diretoria Não Estatutária

Atualmente a Companhia não possui diretores não estatutários.

ii. proporção de cada elemento na remuneração total:

31 de dezembro de 2021						
Orgão	Honorário Fixo	Benefícios	Variável	Pós-emprego	Cessação do Cargo	Plano de Opções* (Stock Options)
Conselho Fiscal	92,91%	0,00%	0,00%	7,09%	0,00%	0,00%
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Diretoria Estatutária	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

2020	Conselho de Administração	Diretores	Conselho Fiscal
Nº de membros	%	%	%
Remuneração fixa anual	85,71%	79,64%	85,71%
Salário ou Pró-labore	71,43%	58,04%	71,43%
Benefícios direto e indireto	-	5,71%	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-
Outros	14,29%	15,89%	14,29%
Descrição de outras remunerações fixas	INSS empresa	INSS empresa, FGTS e encargos	INSS empresa
Remuneração variável	14,29%	20,36%	14,29%
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	0,14	0,16	0,14
Pós-emprego	-	0,04	-
Cessação do cargo	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%
Total			1.516.116,96

2019	Conselho de Administração	Diretores	Conselho Fiscal
Nº de membros	%	%	%
Remuneração fixa anual	100,00%	93,21%	100,00%
Salário ou Pró-labore	83,33%	70,25%	54,55%
Benefícios direto e indireto	-	4,21%	45,45%
Remuneração por participação em comitês	-	-	-
Outros	16,67%	18,74%	-
Descrição de outras remunerações fixas	INSS empresa	INSS empresa, FGTS e encargos	INSS empresa
Remuneração variável	-	6,79%	-
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	1,67%	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Pós-emprego	-	5,12%	-
Cessaçã o do cargo	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%
Total			1.620.924,40

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria NãoEstatutária

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

Quanto à metodologia de cálculo, periodicamente, a Companhia analisa as práticas de mercado, com base em informações obtidas por meio de pesquisa de mercado, que objetiva avaliar a aderência interna dos valores de remuneração fixa e variável à realidade do mercado. Esta análise considera amostras de empresas do mesmo segmento e porte da Companhia no mercado nacional.

Em relação à metodologia de reajuste, não há metodologia específica para cada um dos componentes da remuneração, seja para conselheiros, para diretores estatutários, membros do conselho fiscal ou dos comitês da Companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

A composição da remuneração considera a complexidade das responsabilidades de cada cargo e tem como parâmetro os valores praticados pelo mercado para os profissionais que exercem funções com complexidade similar, visando manter a competitividade frente ao mercado, de maneira a possibilitar o alcance e resultados dos negócios da Companhia.

Sua totalidade é aprovada em Assembleia Geral da Companhia e é distribuída conforme determinação do Conselho de Administração da Companhia.

v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:

Conforme mencionado acima, os membros dos comitês (quando estabelecidos) não fazem jus à nenhuma remuneração específica, tendo em vista que já são remunerados como membros do Conselho de Administração da Companhia.

Adicionalmente, existem membros não remunerados pelo fato de pertencerem a outras empresas do mesmo grupo econômico e serem remunerados por essas empresas.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia é fixa e não considera indicadores de desempenho.

Para a parcela fixa da remuneração dos administradores são consideradas pesquisas salariais conduzidas por consultorias, atrelados ao nível da responsabilidade da função exercida. Adicionalmente, é considerada a qualificação profissional para o exercício da função.

A remuneração variável dos diretores estatutários é definida através de um sistema de gestão de metas, previamente contratadas e alinhadas ao planejamento estratégico do Emissor. Os principais indicadores avaliados incluem: (i) EBITDA; (ii) geração operacional de caixa; (iii) execução de investimentos; (iv) indicadores de qualidade; (v) indicadores de satisfação de clientes e funcionários; e (vi) índices de perdas de energia; dentre outros.

Os membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, por sua vez, não fazem jus a remuneração, conforme destacado acima.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

No que tange aos diretores estatutários, a remuneração variável é baseada em metas quantitativas formalmente contratadas, as quais refletem a evolução dos indicadores de desempenho da Companhia.

As metas da presidência são desdobradas para cada diretoria e assim por diante de forma que o alcance das metas de forma segmentada contribuam para o resultado da Companhia. Além disso, é necessário que a Companhia atinja um desempenho mínimo desejado para que haja o pagamento da remuneração variável, neste mesmo sentido, resultados excepcionais também refletem em remuneração variável diferenciada.

O Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia recebem apenas remuneração fixa, portanto não há indicadores de desempenho atrelados a tal remuneração, excetua-se a esta regra o Presidente do Conselho de Administração da Companhia ao qual é ofertado como benefício Plano de Saúde e Plano Odontológico extensivo aos dependentes.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrito busca incentivar os colaboradores a procurar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pelo Emissor, de tal maneira a alinhar os interesses destes.

Os indicadores definidos como metas, cujos resultados influenciam em sua remuneração variável, são estabelecidos de modo a alinhar os interesses dos administradores da Companhia com os interesses dos seus acionistas no curto e no médio prazo.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não houve, nos 3 últimos exercícios, bem como no exercício social corrente, parcela da remuneração recebida por administradores ou conselheiros fiscais da Companhia suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia em função de exercício do cargo na mesma.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

A Companhia não possui qualquer remuneração ou benefícios vinculados à ocorrência de determinado evento societário.

h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Com base em pesquisa de mercado feita por empresas especializadas, o Comitê de Gente do grupo controlador propõe ao Conselho de Administração da companhia mudanças na remuneração individual dos conselhos e da diretoria. Cabe ao Conselho de Administração deliberar sobre a proposta apresentada.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Na fixação da remuneração individual é realizada pesquisa de mercado, feita por empresa especializada, onde é comparada a prática atual com empresas do mesmo segmento e porte, no mercado nacional. Havendo necessidade é submetido ao conselho de administração da companhia novo reposicionamento da remuneração paga.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A pesquisa de mercado é realizada de forma bianual, não obstante haver aprovação anual pelo Conselho de Administração acerca da remuneração global dos administradores da Companhia.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	1,00	2,00	3,00	6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	111.041,48	1.683.247,86	200.000,00	1.994.289,34
Benefícios direto e indireto	0,00	175.772,66	0,00	175.772,66
Participações em comitês	-	-	-	0,00
Outros	-	-	-	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.573.087,66	0,00	1.573.087,66
Participação de resultados	-	-	-	0,00
Participação em reuniões	-	-	-	0,00
Comissões	-	-	-	0,00
Outros	-	-	-	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessaçao do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular Anual -2022-CVM/SEP	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular Anual -2022-CVM/SEP	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular Anual -2022-CVM/SEP	
Total da remuneração	111.041,48	3.432.108,17	200.000,00	3.743.149,66

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,50	4,75	1,50	8,75
Nº de membros remunerados	0,50	2,25	1,50	4,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	44.533,33	839.385,05	75.150,00	959.068,38
Benefícios direto e indireto	0,00	64.046,75	0,00	64.046,75
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular Anual -2022-CVM/SEP	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular Anual -2022-CVM/SEP	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular Anual -2022-CVM/SEP	
Total da remuneração	44.533,33	903.431,80	75.150,00	1.023.115,13

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	4,00	16,00
Nº de membros remunerados	4,67	3,33	3,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	182.844,48	651.742,20	97.952,40	932.539,08
Benefícios direto e indireto	0,00	64.074,64	0,00	64.074,64

Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	36.569,12	178.488,16	19.590,40	234.647,68
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	36.569,12	178.488,16	19.590,40	234.647,68
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	50.207,88	0,00	50.207,88
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	A remuneração média dos conselheiros é calculada pelo número de membros que receberam remuneração do emissor. O número de membros foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO CIRCULAR Anual - 2022-CVM/SEP.	A remuneração média dos conselheiros é calculada pelo número de membros que receberam remuneração do emissor. O número de membros foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO CIRCULAR Anual - 2022-CVM/SEP	A remuneração média dos conselheiros é calculada pelo número de membros que receberam remuneração do emissor. O número de membros foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO CIRCULAR Anual - 2022-CVM/SEP	
Total da remuneração	255.982,72	1.123.001,04	137.133,20	1.516.116,96

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	4,00	17,00
Nº de membros remunerados	5,33	3,92	3,92	13,17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	208.965,12	746.861,65	139.582,17	1.095.408,94
Benefícios direto e indireto	0,00	44.798,93	0,00	44.798,93
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	41.793,28	199.199,52	27.916,32	268.909,12
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00

Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	199.199,52	0,00	199.199,52
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	"A remuneração média dos conselheiros é calculada pelo número de membros que receberam remuneração do emissor. O número de membros foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO CIRCULAR Anual -2022-CVM/SEP."	"A remuneração média dos conselheiros é calculada pelo número de membros que receberam remuneração do emissor. O número de membros foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO CIRCULAR Anual -2022-CVM/SEP."	"A remuneração média dos conselheiros é calculada pelo número de membros que receberam remuneração do emissor. O número de membros foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO Anual -2022-CVM/SEP."	
Total da remuneração	250.758,40	1.063.085,34	167.498,49	1.481.342,23

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável dos últimos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL PREVISTA PARA O EXERCÍCIO DE 2022 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número total de Membros	5,00	6,00	3,00	14,00
c. Número de Membros remunerados	1,00	2,00	3,00	6,00
d. Bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
ii. valor máximo previsto no plano de Remuneração	0,00	1.428,00	0,00	1.428,00
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	0,00	1.428,00	0,00	1.428,00
e. Participação no resultado:				
i. valor mínimo previsto no plano de Remuneração	-	-	-	0,00
ii. valor máximo previsto no plano de Remuneração	-	-	-	0,00
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-	0,00

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL PARA O EXERCÍCIO DE 2021 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número total de Membros	2,50	4,75	1,50	8,75
c. Número de Membros remunerados	0,50	2,25	1,50	4,25
d. Bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
ii. valor máximo previsto no plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
e. Participação no resultado:				
i. valor mínimo previsto no plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
ii. valor máximo previsto no plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

2020	Conselho de Administração	Diretores	Conselho Fiscal
nº de membros	7,00	5,00	4,00
nº de membros remunerados	4,67	3,33	3,00
Remuneração variável	36.569,12	178.488,16	19.590,40
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	36.569,12	178.488,16	19.590,40

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Observação	A remuneração média dos conselheiros é calculada pelo número de membros que receberam remuneração do emissor. O número de membros foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2021.	A remuneração média dos conselheiros é calculada pelo número de membros que receberam remuneração do emissor. O número de membros foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2021.	A remuneração média dos conselheiros é calculada pelo número de membros que receberam remuneração do emissor. O número de membros foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2021.
Sub-total por órgão	36.569,12	178.488,16	19.590,40
Total			234.647,68

2019	Conselho de Administração	Diretores	Conselho Fiscal
nº de membros	8,00	5,00	4,00
nº de membros remunerados	5,33	3,92	3,92
Remuneração variável	-	17.799,23	-
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	17.799,23	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Observação	A remuneração média dos conselheiros é calculada pelo número de membros que receberam remuneração do emissor. O número de membros foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020.	A remuneração média dos conselheiros é calculada pelo número de membros que receberam remuneração do emissor. O número de membros foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020.	A remuneração média dos conselheiros é calculada pelo número de membros que receberam remuneração do emissor. O número de membros foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020.
Sub-total por órgão	-	17.799,23	-
Total			17.799,23

2018	Conselho de Administração	Diretores	Conselho Fiscal
nº de membros	11,75	4,83	9,00
nº de membros remunerados	7,00	3,83	4,58
Remuneração variável	-	-	-
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Observação	A remuneração média dos conselheiros é calculada pelo número de membros que receberam remuneração do emissor. O número de membros foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2019.	A remuneração média dos diretores é calculada pelo número de membros que receberam remuneração do emissor. O número de membros foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2019.	A remuneração média dos conselheiros é calculada pelo número de membros que receberam remuneração do emissor. O número de membros foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2019.
Sub-total por órgão	-	-	-
Total			-

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia não possui qualquer plano de remuneração baseado em ações vigente.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui remunerações baseadas em ações.

13.6 - Opções em Aberto

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não existem opções em aberto do conselho de Administração e da Diretoria.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos três últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui política de Remunerações baseadas em Ações.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável, pois não há dados divulgados nos itens mencionados.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ação ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Na data deste Formulário de Referência, os membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal não possuem ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Somente os diretores estatutários da Companhia possuem planos de previdência privada na EQTPREV. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia não gozam desse benefício.

EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)	
a. Órgão:	Diretoria
b. Número total de membros:	4,75
c. Número de membros remunerados	2,25
d. Nome do plano:	Ceeeprev / EQTPrev
e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar:	N/A
f. Condições para se aposentar antecipadamente:	Condições para recebimento do benefício de aposentadoria antecipada: Rescisão de contrato de trabalho com a Patrocinadora; Ter, no mínimo, 120 contribuições à Fundação; Ter, no mínimo, 10 anos de vínculo empregatício com a Patrocinadora; Ter, no mínimo, 50 anos de idade.
g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 31.669
h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores:	R\$ 31.669
i. Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições:	Condições para recebimento do Resgate dos direitos do Plano: Se desligar da Patrocinadora; Não estar em gozo de benefícios no Ceeeprev; Cancelar a inscrição no Ceeeprev.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do ConselhoFiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	4,75	5,00	5,00	2,50	7,00	8,00	1,50	4,00	4,00
Nº de membros remunerados	2,25	3,33	3,92	0,50	4,67	5,33	1,50	3,92	3,92
Valor da maior remuneração(Reais)	336.896,29	299.142,15	299.142,15	44.533,33	47.017,20	47.017,20	25.050,00	20.569,99	20.569,99
Valor da menor remuneração(Reais)	186.633,61	299.142,15	299.142,15	44.533,33	47.017,20	47.017,20	25.050,00	20.569,99	20.569,99
Valor médio da remuneração(Reais)	189.950,95	299.142,15	299.142,15	44.533,33	47.017,20	47.017,20	25.050,00	20.569,99	20.569,99

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2021	Na apuração da menor remuneração foi considerado dentre as remunerações efetivamente conhecidas no resultado do exercício, visto que todos os membros exerceram o cargo por menosde 12 meses, conforme especificado no item 10.2.13.j do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP. O membro com maior remuneração individual exerceu o cargo por 12 meses.
31/12/2020	Na apuração da menor remuneração foi considerado dentre as remunerações efetivamente conhecidas no resultado do exercício, visto que todos os membros exerceram o cargo por menosde 12 meses, conforme especificado no item 10.2.13.j do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP. O membro com maior remuneração individual exerceu o cargo por 12 meses.
31/12/2019	Na apuração da menor remuneração foi considerado dentre as remunerações efetivamente conhecidas no resultado do exercício, visto que todos os membros exerceram o cargo por menosde 12 meses, conforme especificado no item 10.2.13.j do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP. O membro com maior remuneração individual exerceu o cargo por 12 meses.

Conselho de Administração	
31/12/2021	Na apuração da menor remuneração foi considerado dentre as remunerações efetivamente conhecidas no resultado do exercício, visto que todos os membros exerceram o cargo por menosde 12 meses, conforme especificado no item 10.2.13.j do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP. O membro com maior remuneração individual exerceu o cargo por 12 meses.
31/12/2020	Na apuração da menor remuneração foi considerado dentre as remunerações efetivamente conhecidas no resultado do exercício, visto que todos os membros exerceram o cargo por menosde 12 meses, conforme especificado no item 10.2.13.j do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP. O membro com maior remuneração individual exerceu o cargo por 12 meses.
31/12/2019	2019 - Na apuração da menor remuneração apenas 04 membros exerceram o cargo pelo periodo de 12 meses, sendo os demais membros excluídos para fins de apuração, conformeespecificado no item 10.2.13.j do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP. Para apuração da maior remuneração de cada órgão foram considerados todos os membros remunerados, sendo que o respectivo membro exerceu suas atividades pelo periodo de 12 meses,conforme especificado no item 10.2.13.j do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP. O valor médio da remuneração de cada órgão foi calculado pela fração da remuneração total pelo número de mebros remunerados, conforme especificado no item 10.2.13.j do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP. Os dados para o exercício social corrente foram apurados de forma prevista, conforme especificado no item 10.2.13.b do referido oficio circular.

Conselho Fiscal	
31/12/2021	Na apuração da menor remuneração foi considerado dentre as remunerações efetivamente conhecidas no resultado do exercício, visto que todos os membros exerceram o cargo por menosde 12 meses, conforme especificado no item 10.2.13.j do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP. O membro com maior remuneração individual exerceu o cargo por 12 meses.
31/12/2020	Na apuração da menor remuneração foi considerado dentre as remunerações efetivamente conhecidas no resultado do exercício, visto que todos os membros exerceram o cargo por menosde 12 meses, conforme especificado no item 10.2.13.j do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP. O membro com maior remuneração individual exerceu o cargo por 12 meses.

31/12/2019	<p>Na apuração da menor remuneração apenas 03 membros exerceram o cargo pelo período de 12 meses, sendo os demais membros excluídos para fins de apuração, conforme especificado no item 10.2.13.j do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP.</p> <p>Para apuração da maior remuneração de cada órgão foram considerados todos os membros remunerados, sendo que o respectivo membro exerceu suas atividades pelo período de 12 meses, conforme especificado no item 10.2.13.j do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP .</p> <p>O valor médio da remuneração de cada órgão foi calculado pela fração da remuneração total pelo número de membros remunerados, conforme especificado no item 10.2.13.j do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP.</p> <p>Os dados para o exercício social corrente foram apurados de forma prevista, conforme especificado no item 10.2.13.b do referido ofício circular.</p>
-------------------	--

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as conseqüências financeiras para o emissor

A Companhia contratou, no âmbito do seguro D&O em vigor, a cobertura adicional nº 12, na qual ficou estabelecido que a Seguradora concederá, em determinadas hipóteses ali especificadas e, sem qualquer cobrança de prêmio adicional, de prazo complementar de 10 (dez) anos, a contar do término de vigência da apólice, para apresentação de reclamações de indenização contra o segurado que venha a se aposentar durante a vigência desta apólice. Não há mecanismos de remuneração ou indenização para administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não há, nos últimos três exercícios sociais, remuneração reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14. Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos três exercícios sociais os administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia não receberam remuneração por qualquer outra razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não há valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal do emissor nos últimos 3 (três) exercícios sociais., uma vez que nos Atos das Assembleias as remunerações fixadas são simbólicas, conforme transcrição abaixo, da 11ª Assembleia Geral Extraordinária datada de 10-02-2010.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram prestadas nos itens acima.

**ANEXO III: INFORMAÇÕES SOBRE CANDIDATOS AO CONSELHO FISCAL
(CONFORME ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ICVM 480)**

12.5 Em relação aos candidatos a membros dos Conselhos de Administração e Fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Cargo	Data da Eleição	Data da Posse	Prazo de Mandato	Outros cargos ou funções	Eleito pelo controlador	Membro independente	Mandatos Consecutivos
Paulo Roberto Franceschi	12/06/1951	Administrador	171.891.289-72	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	29/04/2022	29/04/2022	AGO 2023	Não há	N/A	N/A	1
Saulo de Tarso Alves de Lara	30/12/1972	Administrador	678.691.498-53	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	29/04/2022	29/04/2022	AGO 2023	Não há	N/A	N/A	1
Vanderlei Dominguez da Rosa	09/09/1963	Contador	422.881.180-91	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	29/04/2022	29/04/2022	AGO 2023	Não há	N/A	N/A	1
Claudia Luciana Ceccatto de Trotta	05/06/1971	Advogada	606.362.629-87	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	29/04/2022	29/04/2022	AGO 2023	Não há	N/A	N/A	1
Moacir Gibur	26/08/1971	Contador	574.558.569-20	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	29/04/2022	29/04/2022	AGO 2023	Não há	N/A	N/A	1
Ricardo Bertucci	02/08/1977	Contador	003.673.579-50	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	29/04/2022	29/04/2022	AGO 2023	Não há	N/A	N/A	1

Paulo Roberto Franceschi - candidato a membro efetivo do conselho fiscal

O Sr Paulo Roberto é sócio da AUDICONTROL Auditoria e Controle, escritório de auditoria independente e consultoria nas áreas contábil e fiscal, desde 1995. Como Sócio sênior, tem como responsabilidade a condução estratégica do negócio, responsabilidade técnica dos trabalhos em conjunto com os demais sócios e a administração geral da empresa. Trabalhou em Auditoria Internacional por 18 anos antes de estabelecer a sociedade Audicontrol. É membro titular do Conselho Fiscal das seguintes companhias: Bematech S.A., Equatorial Energia S.A. (controladora do Emissor), Triunfo Participações e Investimentos S.A., Centrais Elétricas do Pará S.A. (empresa do grupo econômico do Emissor). É também membro suplente do Conselho Fiscal das seguintes companhias: Cia. Energética de Pernambuco – CELPE, Tecnisa S.A., Weg S.A., BB Seguridade Participações S.A., Schulz S.A.. O Sr. Paulo Roberto cursou Ciências Econômicas pela FAE Business School e Ciências Contábeis pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná.

Saulo de Tarso Alves de Lara – candidato a membro efetivo do conselho fiscal

Saulo de Tarso Alves de Lara é graduado em Administração de Empresas (1979) pela Fundação Getúlio Vargas. Fez cursos de extensão no IMD - International Management Development (1984) onde obteve sua pós graduação na área de Control and Finance. O Sr Lara iniciou sua carreira na Arthur Andersen permanecendo como auditor externo por dez anos. No período de 1987 até 1996 atuou no segmento da construção civil, em indústria cimenteira, responsável pela área de controle e controle corporativo das operações do Brasil e América do Sul. Em 1996, foi indicado para ser o CFO de empresa Americana, do ramo de embalagens. Em 1998, foi contratado como diretor de Planejamento e Controle da Cyrela Brazil Realty, permanecendo na companhia até 2010, quando assumiu o cargo de Diretor de Controladoria na PDG Realty. Desde 2013, é CFO da Greenwood Resource Brasil.

Vanderlei Dominguez da Rosa - candidato a membro efetivo do conselho fiscal

O Sr. Dominguez é formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em cursos de extensão em Mercado de Capitais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Contabilidade de Custos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É sócio-executivo da empresa HB Audit – Auditores Independentes S.S. e sua principal função é a de executar, revisar e supervisionar os trabalhos de auditoria independente e é o responsável técnico perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Atua como membro efetivo do Conselho Fiscal das empresas: Odontoprev S.A., Sanepar, Tecnisa S.A., Weg S.A.; e como membro suplente do conselho fiscal das empresas Marcopolo S.A., Padtec S.A., IdeiasNet S.A., Officer Distribuidora S.A.; Nos últimos 5 anos, atuou como membro do Conselho Fiscal das empresas Triunfo Participações e Investimentos S.A., Equatorial Energia S.A., Centrais Elétricas do Pará S.A. (estas duas últimas integrantes do grupo econômico do Emissor), OSX Brasil S.A., Tegma Gestão e Logística S.A., Multiplus S.A., MPX Energia S.A., Tupy S.A., Marisol S.A..

Claudia Ceccatto de Trotta – candidata a membro suplente do conselho fiscal

A Sra. Trotta é formada em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba e especializada em Direito Societário pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente, é sócia de Trotta, Ceccatto Advogados Associados, sociedade de advogados com atuação especializada nas áreas de Direito Societário, Empresarial, Investimentos Estrangeiros, Contratos Empresariais, Direito Administrativo e Concorrencial, Direito Ambiental, Direito Civil e Imobiliário, desde 2013. Também foi sócia, por 18 anos, do Escritório Augusto Prolik – Advogados Associados, atuando como advogada nas áreas de Direito Empresarial, Direito Societário, Contratos e Investimentos Estrangeiros. A Sra. Trotta também é membro da Comissão de Sociedades de Advogados da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, desde julho de 2013 e foi instrutora da Comissão de Seleção da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, de janeiro de 2005 a janeiro de 2007, responsável pela relatoria dos processos de arquivamento de constituição, alteração e demais atos societários das sociedades de advogados.

Moacir Gibur – candidato a membro suplente do conselho fiscal

O Sr. Gibur é sócio da empresa Audicontrol Auditoria e Controle, escritório de auditoria independente e consultoria nas áreas contábil e fiscal desde 2001, tendo anteriormente trabalhado na Emilio Romani S.A. e na Russel Bedford Auditores Independentes. O Sr. Gibur foi membro titular do Conselho Fiscal da Siderquímica S.A.

Ricardo Bertucci – candidato a membro suplente do conselho fiscal

O Sr. Bertucci é graduado em Ciências Contábeis pela UFPR – Universidade Federal do Paraná e pós graduado em Controladoria pela FAE Business School. É sócio da Audicontrol – Auditoria e Controle desde 2011, sendo sócio sênior responsável pela condução da estratégia do negócio, responsabilidade técnica dos trabalhos em conjunto com os demais sócios.

12.6– Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do Conselho de Administração ou Conselho Fiscal no último exercício informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Nome	Cargo	% Participação
Saulo de Tarso Alves de Lara	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	100%
Paulo Roberto Franceschi	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	100%
Vanderlei Dominguez da Rosa	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	100%
Moacir Gibur	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	Não aplicável
Claudia Luciana Ceccatto de Trotta	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	Não aplicável
Ricardo Bertucci	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	Não aplicável

12.7 – Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não há.

12.8 – Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários:

Não aplicável.

12.10 – Em relação aos candidatos a membros dos conselhos fiscal e do emissor:

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) administradores da Companhia; (b) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (c) (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia; (d) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.